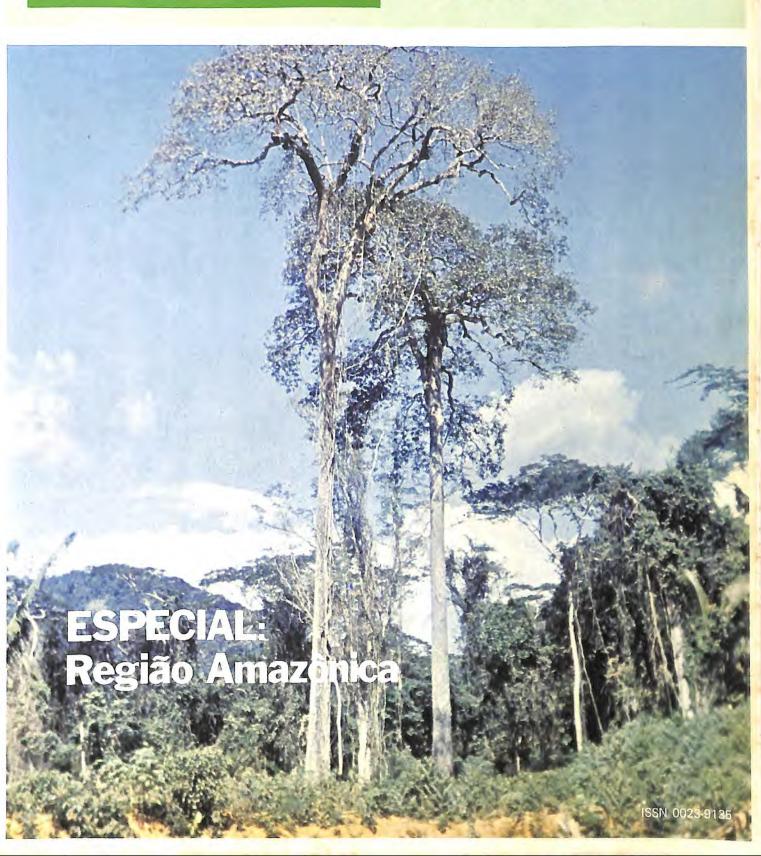
AJAVOURA

Fundada em 1897

NOV./DEZ. 80

ANO LXXXIII

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA





ONASSIS: Reg. 6829 - Peso 1.064 kg. Grande Campeão da Raça em Uberaba. Campeão da Exposição Internacional de Nelore em Goiânia.



SÊMEN MF DO BRASIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Av. Leopoldino de Oliveira, 345 - conj. 103 - Telefones: 332-1832 e 332-1833 - CEP 38100 - Caixa Postal 87 UBERABA -- MG

Av. Presidente Vargas, 542 - sala 803 - Telefones: 247-7580 — 243-7349 e 223-4788 — RIO DE JANEIRO — RJ.

editorial-

A expansão da fronteira agrícola

O aumento da produção agrícola brasileira está intimamente ligado à expansão da fronteira agrícola. Os ganhos de produtividade ficam, por variados motivos, em segundo plano.

A Amazônia, abrangendo 57,77% do território brasileiro, representa um potencial fantástico que forçosamente deverá ser utilizado. No entanto, devem ser adotadas medidas embasadas em critérios científicos que minimizem os riscos de danos ao equilíbrio ecológico da região.

Em "Amazônia a Nova Fronteira", João Carlos de Souza Meirelles propõe, para a região, um modelo integrado, racional e inteligente, de desenvolvimento e ocupação. Tal modelo deveria, em princípio, levar em consideração as reservas existentes na região, como as ecológicas e biológicas, entre outras, e principalmente armar-se de infra-estrutura básica.

Motta Maia, em seu artigo "Jari, Sim e Não", analisa os aspectos positivos e negativos do Projeto de Daniel Ludwig, fazendo uma advertência quanto aos privilégios concedidos a empresários estrangeiros dentro do território brasileiro, mais especificamente na Região Amazônica, onde está "plantado" o Jari. Lembra Motta Maia que o Projeto Jari, além de exaurir os recursos naturais da região, aufere benefícios fiscais — incentivos e isenções tributárias — que não são concedidos ao empresariado nacional.

Carlos Góes destaca as potencialidades da Amazônia, analisa a infraestrutura existente para, finalmente, detalhar as oportunidades de investimento na região.

A Ceplac vem realizando, a mais de dez anos, pesquisas na Amazônia, com vistas ao aumento da produtividade da cacauicultura da região. Estima-se que na década de 90 o Brasil alcançará uma safra de 700 mil toneladas e a Região Amazônica estará contribuindo com 27% da produção nacional, proporcionando ao país firmar-se como primeiro produtor mundial de cacau. "A Cacauicultura na Amazônia é Irreversível" detalha os programas que a Ceplac desenvolve na região, notadamente os de amparo e incentivo ao cacauicultor.

Finalmente apresenta-se a receita de um bem sucedido projeto agropecuário, de grande dimensão, implantado na Amazônia.

Ainda nesta edição, o leitor encontrará o artigo de Luiz Rocha Neto, "Crise e Ecodesenvolvimento Rural", uma abordagem oportuna que visa maior conscientização no que concerne à preservação dos ecossistemas, dentro de princípios científicos.

sumário.

Região Amazônica

NOSSA CAPA Castanheira da Amazônia





Amazônia — Multiplicadora de Riquezas	. 5
Amazônia a Nova Fronteira	12
Jari, Sim e Não	16
O Potencial Amazônico	
Crise e Ecodesenvolvimento Rural	
A Cacauicultura na Amazônia é Irreversível	38

A Receita de um bem sucedido Projeto Agropecuário

Tecnologia	
Rizicultura na Região Transamazônica	
mazônica	42
Seções	
Panorama	6
SNA em Ação	18
Exposições e Feiras	30

47

48 50



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897 - RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 3549 DE 16/10/1918

AVENIDA GENERAL JUSTO, 171 - 29 ANDAR CEP 20.021 - RIO DE JANEIRO - BRASIL TELEFONES: (021) 240-4143 e 240-4573

END. TELEG. VIRIBUSUNITIS CAIXA POSTAL 1245

DIRETORIA GERAL

Presidente: OCTAVIO MELLO ALVARENGA		CONSELHO SUP	ERIOR
19 Vice Presidente: GILBERTO CONFORTO			
20 Vice Presidente: OSANÁ SOCRATES DE ARAUJO ALMEIDA			A D
39 Vice Presidente: ALFREDO LOPES MARTINS NETO	CADEIRA	PATRONO	TITULAR
49 Vice Presidente: ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE		-	S. I. I. I. Cilve Venice
19 Secretário: JOSÉ MOTTA MAIA	1	Ennes de Souza	Raphael da Silva Xavier
2º Secretário: OTTO LYRA SCHRADER	2	Moura Brasil	Fausto Aita Gai
3º Secretário: LUIS EMYGDIO MELLO FILHO	3	Campos da Paz ~	Geraldo Goulart da Silveira
19 Tesoureiro: JOEL NAEGELE	4	Barão de Capanema	Helio Raposo
2º Tesoureiro: JOÃO BUCHAUL	5	Antonino Fialho	Luiz Marques Poliano
39 Tesoureiro: CARLOS ELYSIO ADAMI GÓES DE ARAUJO	6	Wencesláo Bello	Armênio da Rocha Miranda
	7	Sylvio Rangel	João de Souza Carvalho
DIRETORIA TÉCNICA	8	Pacheco Leão	João Buchaul
	9	Lauro Müller	Carlos Arthur Repsold
01) José Carlos Vieira Barbosa	10	Miguel Calmon	Edmundo Campelo Costa
02) Acyr Campos	11	Lyra Castro	Paulo Agostinho Neiva
03) Geraldo Coutinho	12	Augusto Ramos	Edgard Teixeira Leite
04) Lelivaldo Antonio de Brito	13	Simões Lopes	Luiz Simões Lopes
05) Severino Veloso de Carvalho	14	Eduardo Cotrim	Theodorico Assis Ferraço
06) José Carlos Fonseca	15	Pedro Osório	Luiz Fernando Cirne Lima
07) Carlos Arthur Repsold	16	Trajano de Medeiros	Ediz i cindido cirrio
08) Fausto Aita Gai	17	Paulino Cavalcanti	Luiz Guimarães Junior
	18	Fernando Costa	Rufino D'Almeida Guerra Filho
09) Sergio Carlos Lupattelli	19	Sergio de Carvalho	Jalmirez Guimarães Gomes
10) João Renato Baeta Neves	20	Gustavo Dutra	Damirez Guiniaraes Goines
11) Luiz Guimarães Neto	21	José A. Trindade	Oswaldo Ballarin
12) Fernando Pegoraro Barcelos	22	Ignácio Tosta	Carlos Infante Vieira
13) Marco Aurelio Andrade Correa Machado	23	José Saturnino Brito	João Carlos Faveret Porto
14) Hélio de Almeida Brum	24		Fábio Luz Filho
15) Ediraldo Matos Silva	25	José Bonifácio	Octávio Mello Alvarenga
encourage and a second	26	Luiz de Queiroz	José Resende Peres
Vitalicios		Carlos Moreira	Charles Frederick Robbs
	27	Alberto Sampaio	
01) Otto Frensel	28	Navarro de Andrade	Gilberto Conforto
02) Geraldo Goulart da Silveira	29	Alberto Torres	Romulo Cavina
	30	Sá Fortes	Otto Frensel
COMISSÃO FISCAL	31	Theodoro Peckolt	Renato da Costa Lima
	32	Ricardo de Carvalho	Otto Lyra Schrader
Efetivo	33	Barbosa Rodrigues	Carlos Helvídio A. dos Reis
01) Amaro Cavalcanti	34	Gonzaga de Campos	Amaro Cavalcanti
02) Elvo Santoro	35	Amério Braga	. ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
03) Célio Pereira Ribeiro	36	Epaminondas de Souza	Apolônio Sales
Tan Tana Carlo Mark T	37	Mello Leitão	Armando David F. Lima
Suplentes	38	Aristides Caire	Milton Freitas de Souza
01) José Teixeira Garcia	39	Vital Brasil	Flávio da Costa Britto
02) Francisco Jacob Gayoso de Almeida	40	Getúlio Vargas	João Batista Lusardo
03) Jéfferson D'Almendra	40	Getuno vargas	JOEG DELISTE LUSERUO

AVOURA

03) Jéfferson D'Almendra

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura ISSN Nº 0023 — 9135

ANO LXXXIII

NOV./DEZ. 1980

Editor Antonio Mello Alvarenga Neto

> Editor Técnico Miguel Garetto Loyola

Editora Assistente Cristina Lúcia Náufel Baran

Assessor Carlos Alberto P. Soares Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

EXPEDIENTE

Redação e Administração: AV. GENERAL JUSTO, 171 — 2º andar CEP. 20021 — Rio de Janeiro — RJ FONES: 240-4573 — 240-4149

Impressão A P E X - Gráfica e Editora Ltda. Rua Marques de Oliveira, 459 - Ramos TEL. 270-2592 e 230-2510 Rio de Janeiro — RJ

Amazônia multiplicadora de riquezas

Octavio Mello Alvarenga

A proposta que a S.N.A. oferece aos seus associados, através deste número de A LAVOURA, transcende o significado de mera abordagem regionalista. O esforço editorial, reunindo uma série de assuntos básicos para uma análise amazônica, vale pela diversificação dos capítulos, pela autoridade com que foram tratados e, sobretudo, pelos amplos horizontes que vai abrindo no sentido de fazer com que o antigo "inferno verde", aquela "terra encharcada" de medo e de injustiças, alcance o merecido lugar ao sol da brasilidade.

Antecipando-nos ao sucesso do l Encontro Internacional de Jus-Agraristas, que em maio vindouro transformará a Amazônia na capital mundial do Direito Agrário e da Economia Agrícola, parece-nos lícito declinar aquí algumas idéias — de natural coloração jurídica — para que se visualizem algumas linhas básicas de um passado recente em confronto com a realidade política, social e econômica da Amazônia de hoje.

PROLEGÔMENOS IDEOLÓGICOS

No seu livro antológico Geopolítica do Brasil, o Gen. Golbery do Couto e Silva, em capítulo escrito nos idos de 1952, durante sua estada na ESG, considerava o território nacional constituído de três grandes penínsulas, a partir do núcleo central, "que se projetam para o nordeste, para o sul e para o noroesté, apenas ligadas por precários istmos de circulação".

Àquela época ainda não se concretizara o sonho de interiorização de José Bonifácio, e Brasília, começando a existir em 1960, daí por diante é que iria assumir o duplo papel de polo centrípedo e centrífugo, de gente, comércio e indústrias.

Numa palavra: a ilha op noroeste juntou-se definitivamente ao continente de Vera Cruz.

A Belém-Brasília deixou a precariedade para trás; e a Amazônia está próxima do coração administrativo e ideológico do País. Afinal foi possível debruçar-se sobre a Hiléia gigante depois de lançada a âncora que iria uní-las às outras regiões, em diferenciado estágio de desenvolvimento.

O PIN E SUA REGULAMENTAÇÃO

Típico exemplo de um ato de política administrativa regionalista é o Decreto-Lei nº 1.106 de 16-06-70, que instituiu o Programa de Integração Nacional - PIN, um ano mais tarde complementado pelo PROTERRA (Decreto-Lei nº 1,179). Significaram o gesto largo de curvatura sobre um terço do território brasileiro, que hereditariamente vinha permanecendo à margem das escalas programáticas habituais. O legislador, tendo em vista o trinomio "trabalho", "produtividade" e "riqueza", fez uma declinação de tarefas aos ministérios. Quatro deles assumiram importância capital dentre as novas responsabilidades: Transportes (imediata construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém); Agricultura (reforma agrária, colonização e implantação de projetos agropecuários); Interior (irrigação e drenagem); Minas e Energia (levantamentos topográficos, de cobertura florestal, geomorfologia, etc.).

O DECRETO-LEI Nº 1.164/71

Inflado de boa vontade, mas desvinculado da realidade é o Decreto-Lei n.º 1.164/71, que declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais todas as terras devolutas situa-

das na faixa de cem quilômetros de largura, de cada eixo das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas — em toda a Amazônia legal. Tal entusiasmo expropriatório atingiu níveis "tordesilhescos", pois a partir de 1º de abril de 1971, retornava ao patrimônio da União a gigantesca parcela de 311 (trezentos e onze) milhões de hectares, ficando encarregado de discriminá-lo um só órgão federal.

Trata-se de um equívoco semelhante ao Tratado de Tordesilhas, sacramentado pelo Papa Júlio II, segundo o qual as descobertas marítimas, em seqüência ao ano de 1494, seriam igualmente divididas entre os reinos de Portugal e da Espanha. Sabemos que referido documento não pode ser cumprido — e as fronteiras orientais do Brasil são comprovantes de uma histórica desobediência, embora não-intencional.

Missão dos organismos estaduais — A balbúrdia dos lançamentos e registros fundiários pode explicar alguma desconfiança com os organismos tradicionalmente ligados à matéria. Mas não se deve esquecer que certos institutos jurídicos (como a posse, tão bem analizada por Palma Muniz) oferecem ressonâncias de ordem consuetudinária peculiares ao Estado do Pará, para citar apenas um exemplo.

Dessa forma, deve ser acolhida com simpatia a criação e funcionamento de órgãos como o ITERPA — criado pela Lei Estadual nº 4.584/1975, suplementada por Instruções e Portarias. E, mais recentemente, o GE.

Terra: bem de produção — A terra na Amazônia já foi farta e os governos doavam-na com liberalidade; hoje seu valor é crescente. Uma nova e pujante exploração de áreas há tão pouco tempo relegadas, serve de incentivo às diversas formas de cultivos agropecuários, florestais ou de piscicultura.

Não foi em vão que o mais recente documento coordenado pela Associação Brasileira de Silvicultura, através de manifestação responsável de quinze representantes de associações, refere-se, várias vezes, à Amazônia e suas peculiaridades.

Pois a Amazônia, irmã mais nova em um compacto continente que já foi arquipélago tem de merecer considerações específicas. Já foi mata-borrão de vidas, verbas e esperancas.

Agora é multiplicadora de riquezas.

PANORAMA

XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL

A Sociedade Brasileira de Economia Rural — SOBER fará realizar de 19 a 23 de julho de 1981, em Recife - PE, o XIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

A temática central será "Nordeste e Desenvolvimento Agrícola" e os Painéis versarão sobre os assuntos: "Desigualdades Regionais", "Programas Especiais", "Agricultura do Semi-Árido: Desafios Tecnológicos e Problemas Estruturais". Os Grupos Especiais abordarão os temas: "Questões Fun-

diárias", "Incentivos Fiscais", "Desenvolvimento Científico e Tecnológico", "Energia e Transporte", "Indústria e Urbanização", "Ecologia", "Baixa Renda", "Dívida Externa", "Demografia" e "Organização do Espaço Rural".

Os trabalhos, de no máximo 40 páginas de texto (incluindo tabelas, gráficos, etc.), deverão ser enviados até 15 de março de 81 à SOBER (SCS, Super Venâncio 2000, loja 151, C.P. 040155 - 70000 - Brasília - DF), onde os interessados em prestar colaboração podem obter majores informações.

MAIS VERBAS PARA FINANCIAMENTO DE MILHO

Criadores de aves de corte e postura, das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, dispõe agora de mais verbas do Governo para financiamento de milho, segundo informação do presidente da Associação Paulista de Avicultura, Roberto Sato.

A entidade anunciou que o Banco do Brasil instruiu suas agências no sentido de conceder financiamento de custeio, com recursos da Comissão de Financiamento da Produção, para aquisição de milho ao preço de Cr\$ 474,00 a saca de 60 quilos.

Esses financiamentos terão prazos mínimo de 90 dias para granjas de postura e 60 dias para corte, e máximo até 27 de dezembro de 1981.



Avicultura será beneficiada com as novas verbas governamentais

PRÊMIO PRODUTIVIDADE RURAL

O Presidente João Figueiredo entregou, no Palácio do Planalto, medalhas de ouro e diplomas em pergaminho aos quatro vencedores do "Prêmio Produtividade Rural" em 1980.

Os premiados foram o paranaense Nelson Luiz Martinazzo, que em sua propriedade de 42 hectares, em Dois Vizinhos, obteve 7.269 quilos de milho por hectare; Sylvio Modesto de Souza, de Lavras - MG, conseguiu re-cordes em milho e feijão e 228 mil litros de leite no período de um ano, com ordenha mecânica e divisão de pastagens, entre outros recursos; o sergipano Pedro Ferreira de Aragão obteve 3.420 quilos por hectare de milho e 1.440 quilos de feijão por hectare, com sementes plantadas na própria fazenda; Walter Gram Potter, do Rio Grande do Sul, obteve 5.295 quilos por hectare de arroz irrigado e 3.420 quilos de sorgo por hectare.

O concurso foi idealizado pelo Ministério da Agricultura, com o objetivo de incentivar o aumento da produção e da produtividade agrícolas em todo o País, e dele participaram diversos órgãos como o INCRA e a Embrater, além de 5.776 agricultores representantes de 1.444 municípios.

AÇÚCAR TERÁ PRIORIDADE EM 81

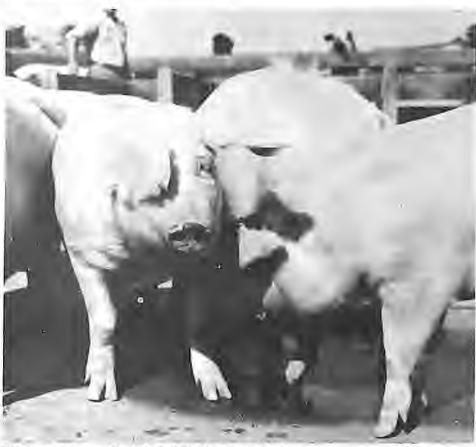
As metas do Proálcool para 1981 não poderão ser ampliadas, conforme reivindica a indústria automobilística, porque a prioridade no ano de 81 será produzir açúcar para exportação. A informação é do Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna.

Como o preço do produto disparou no mercado internacional e os dois grandes produtores mundiais — Cuba e União Soviética — encontram-se impossibilitados de expandir a produção devido a pragas, o Governo brasileiro pretende ocupar os espaços vazios.

"A ocupação deste espaço, prevê o Ministro, vai garantir ao Brasil US\$ 2,6 bilhões em 81. Para se ter uma idéia do que isto significa, basta lembrar que o Brasil vendeu US\$ 350 milhões em açúcar durante 1979, e deve conseguir US\$ 1,5 bilhão este ano".

Se as previsões de Camilo Penna estiverem corretas, o açúcar poderá ser o terceiro produto na pauta de exportacão brasileira, depois do café e da soja.

SUÍNOS RECEBEM A GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS



Suinocultura garantida pela Política de Preços Mínimos

O Governo Federal estendeu à suinocultura a Política de Garantia de Preços Mínimos. São sete os cortes de suínos que atualmente contam com esse amparo: banha, carré, lombo, meia carcaça, paleta, pernil e toucinho.

As operações de AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimo do Governo Federal) com os cortes mencionados já vêm sendo realizadas pela rede bancária com base nos Preços Mínimos da tabela abaixo. Reajustes periódicos serão aplicados a esses valo-

res e, oportunamente, divulgados pela Comissão de Financiamento da Producão — CFP.

As aquisições e os Empréstimos do Governo Federal podem ser realizados por suinocultores e suas cooperativas, através de qualquer agente financeiro credenciado pelo Banco Central a operar com a Política de Garantía de Preços Mínimos. No caso das indústrias e abatedouros, as operações são restritas aos EGFs e efetuadas exclusivamente pelo Banco do Brasil.

CORTE	Cr\$/kg
Banha (qualquer tipo)	34,00
Carré congelado	98,60
Lombo congelado	133,80
Meia carcaça congelada (qualquer tipo)	66,60
Paleta (com ou sem osso) congelada	79,30
Pernil (com ou sem osso) congelado	95,90
Toucinho (qualquer tipo)	34,00

FERTILIZANTES

Foi aprovado pelo Senado o projeto do Executivo, que estabelece a obrigatoridade da inspeção e da fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes e biofertilizantes, destinados à agricultura.

Pela legislação atual, a fiscalização só era feita na comercialização, estendendo-se agora à produção. No campo das sanções administrativas, o projeto prevê a elevação do valor das multas, atualmente inexpressivas, segundo o Ministro Amaury Stabile.

LEILÃO DE MILHO E GIRASSOL

O primeiro leilão de milho e de girassol realizado diretamente pelo produtor, na Bolsa de Cereais de São Paulo, arrematou 216 toneladas de milho, no valor de Cr\$ 2.810,600 e 21 toneladas de girassol, no valor de Cr\$ 336.000.

O milho foi arrematado pelo Moinho da Lapa S.A., de São Paulo, em lotes cujos preços variaram de um máximo de Cr\$ 798,00 a saça e um mínimo de Cr\$ 768.00 a saça.

As 21 toneladas de girassol foram compradas pela Granja Continental, de Leme, a preços de Cr\$ 14,50 e Cr\$ 18,00 o quilo.

APROVADOS NOVOS VBC's PARA O NORDESTE

O Conselho Monetário Nacional aprovou os novos Valores Básicos de Custeio — VBC's para o plantio no Nordeste e no Território de Roraima.

Os financiamentos deverão cobrir 100% das despesas do agricultor com a lavoura de algodão, arroz, amendoim, feljão, milho, mandioca, mamona e sorgo, a ser colhida este ano,

O aumento médio em relação à safra de 1980/81 foi de 130%, sendo que os produtos mais beneficiados foram o feijão em 197%, o milho, 151% e o arroz, 126%.

Os empréstimos variam de acordo com os níveis de produtividade, favorecendo os agricultores que apresentarem maiores índices de produção por hectare cultivado, independente de seu tamanho econômico (mini, pequeno, médios ou grandes).

BD-RIO E IBDF ASSINAM CONVÊNIO PARA REFLORESTAMENTO

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro — BD-Rio e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, assinaram convênio para execução de programa de reflorestamento em pequenas e médias propriedades rurais no Estado do Rio de Janeiro.

Os principais objetivos a serem alcançados são o desenvolvimento de um programa de reflorestamento em pequenas e médias propriedades rurais, com vistas a obtenção de lenha ou carvão vegetal como fontes de produção de energia, e o de procurar conscientizar o homem do campo para o reflorestamento como atividade complementar à agricultura e à pecuária.



O álcool de bambu, produzido por hidrólise ácida da pentosana e celulose, é uma nova perspectiva recém-aberta ao País, como fonte alternativa de energia Iíquida. Um projeto-piloto para sua extração está em operação, integralmente criado por Tobias José Barreto de Menezes, do Instituto de Alimentos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, e Anízio Azzini, do Instituto Agronômico daquela Secretaria.

Segundo Barreto de Menezes, o aproveitamento do bambu é semelhante ao da madeira e da mandioca, porém, com um rendimento de cerca de 80% superior aos demais insumos vegetais, inclusive a cana.

Em relação à cana, contudo, o bambu apresenta a desvantagem de não possuir açucares que permitem uma fermentação direta, o que implica um processo industrial mais complexo. Porém, explica o técnico, o maior investimento inicial é compensado, no tempo, pelo maior retorno e eficiência.

Anizio Azzini sugere a "Bambusa vulgaris" e "Bambusa tuldoides", comuns no Brasil, pela quantidade dos seus carboidratos, balxo florescimento e frutificação. "O bambu contém menos lignina que a madeira", lembra ele.

CENSO AGROPECUÁRIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, está recenseando o setor agropecuário, para apurar 228 quesitos relativos à atividade produtiva de cada propriedade rural do País.



Reflorestamento para a produção de lenha e carvão, um dos objetivos do convênio

A partir de novembro deste ano, o Brasil saberá qual a sua população rural, quantas propriedades existem no campo e sua extensão. Terá ainda informações sobre área e localizações das terras produtivas, improdutivas e não aproveitadas; mão-de-obra ocupada no campo (inclusive mulheres e crianças); a dimensão do rebanho nacional; a produtividade agrícola por produtos e regiões; tipos de energia utilizados nas propriedades rurais; uso dos financiamentos oficiais e outros elementos pesquisados.

CRÉDITO RURAL

O Deputado Federal Edilson Lamartine Mendes (PDS-MG) proferiu discurso na Câmara dos Deputados, solidarizando-se com o inconformismo da classe rural, relativamente às medidas do Governo a respeito do aumento das taxas de juros do crédito rural.

Destacamos de seu discurso o sequinte trecho:

"Será mais uma mudança nas regras do jogo, que irá afetar decisivamente a vida e as atividades de milhões de pessoas de Norte a Sul do País, sem que os maiores interessados tenham sido consultados sobre elas e sem que o assunto tenha Ido a debates mais amplos — o que pode ser considerado, no minimo, como séria contradição numa época de abertura política.

A nova e brutal elevação dos juros do crédito rural é um desvio inaceitável na política de prioridade à agropecuária; e, também, uma ruptura dos compromissos assumidos pelo Excelentíssimo Presidente Figueiredo, de dar tratamento preferencial ao setor rural ao longo do seu Governo.

Como explicar esta reviravolta nos planos traçados para impulsionar o setor primário da economia?

Talvez, uma tentativa de explicação, seja o fato de que o Estado, com as suas constantes incursões no campo da iniciativa privada, tenha perdido a isenção para discernir entre os setores econômicos qual deva ser tratado com créditos favorecidos. Talvez o Governo tenha se tornado mais vulnerável às pressões dos setores secundários e terciários da economia que são, sabidamente, melhor organizados para defender os seus interesses. Na medida em que o Governo deixa de ser o poder moderador e o harmonizador dos interesses conflitantes para se tornar parte comprometida com algum segmento específico da economia, é até explicável que os escassos recursos de que o País dispõe sejam retirados de um setor com menor poder de pressão para beneficiar o próprio Estado-empresário, e os grupos que lhe estão mais próximos.

O fato concreto é que, ultimamente; algumas vozes comecaram a se levantar, de maneira orquestrada, para criticar os subsídios creditícios ao setor rural. Os monetaristas ortodoxos alguns deles ocupando postos de decisão a nível governamental - passaram a atribuir aos pretensos subsídios do crédito rural uma grande parcela de responsabilidade pelas altas taxas de inflação existentes atualmente. Ou seja: confundindo causas com efeitos, e fazendo diagnósticos propositadamente superficiais, eles transformaram os financiamentos agropecuários a juros favorecidos no bode expiatório para o pior dos males que afetam a economia nacional: o surto inflacionário."

I Encontro Internacional de Jus-agraristas

BELÉM — PARÁ — BRASIL DE 22 A 25 DE MAIO DE 1981

Patrocínio: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

Promoção: SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

SNA

ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE DIREITO

AGRÁRIO - ALADA

Tema central: O Direito Agrário e o Desenvolvimento

OBJETIVOS

- Promover e incrementar o estudo do Direito Agrário, tendo em vista a importância da contribuição que pode dar ao desenvolvimento da agricultura da Amazônia, diante do papel desta no contexto mundial.
- Lançar bases para o intercâmbio sistemático entre os Jus-Agraristas brasileiros e especialmente do Pará, com a comunidade Jus-Agrarista Internacional, promovendo a constante atualização.
- Criar e instalar a Sociedade Internacional de Direito Agrário com a finalidade de reunir a comunidade jusagrarista internacional para fins de intercâmbio, docência e pesquisa. Criar e instalar a Sociedade Brasileira de Direito Agrário com finalidade semelhante, em nível nacional.
- Promover o encontro com a Amazônia, através do Pará, dos Professores, Pesquisadores, Advogados e Consultores, mostrando-lhes o Pará como alternativa de investimentos.

TEMÁRIO

- "O Direito Agrário como fator de independência do Setor Rural".
- "O Direito Agrário, sua autonomia e os critérios para a delimitação de seu campo de abrangência".
- "Institutos Fundamentais do Direito Agrário no Direito Brasileiro e Estrangeiro".
- "O Direito Agrário e o Desenvolvimento da América Latina com justica social".
- "Consolidação ou Codificação do Direito Agrário".
- "O Direito Agrário, a empresa agrária e agro-industrial e o desenvolvimento".
- "O Direito Agrário, os recursos naturais e a preservação do meio ambiente".
- "A formação profissional do jus-agrarista".
- "A função social da propriedade como instituto de Direito Agrário".
- "A Posse Civil e a Posse Agrária".
- "O Direito Agrário e o desenvolvimento da Amazônia".
- "Direito Agrário, associativismo e cooperativismo no processo de desenvolvimento".
- "A Justiça Agrária Especializada".
- "O Direito Agrário e sua Evolução".
- "Direito Agrário, Colonização e Desenvolvimento".
- "Sistema de Registro Imobiliário e os Títulos de Propriedade".
- "Legislação Agrária e Federalismo. Leis Agrárias Federais e Estaduais".

CONFERENCISTAS

- Prof. Emilio Romagnoli (Itália)
- Prof. Antonio Carrozza (Itália)
- Prof. Juan José Sanz Jarque (Espanha)
- Prof. Jean Mégret (França)
- Prof. Roman Duque Corredor (Venezuela)
- Prof. Victor Gimenez Landinez (Venezuela)
- Prof. Ramon Vicente Casanova (Venezuela)
- Prof. Antonino Carlos Vivanco (Argentina)
- Prof. Rodolfo Ricardo Carrera (Argentina)
- Prof. Adolfo Gelsi Bidart (Uruguai)
- Prof. Guilhermo Figallo Andrianzem (Perú)
- Prof. Otto Morales Benitez (Colômbia)
- Prof. Octavio Mello Alvarenga (Brasil-RJ)
- Prof. José Motta Maia (Brasil-RJ)
- Prof. Fernando Pereira Sodero (Brasil-SP)
- Prof. Raymundo Laranjeira Barbosa (Brasil-BA)
- Prof. Otávio Mendonça (Brasil-PA)

DEBATEDORES

- Prof. Igor Tenório (Brasil-DF)
- Prof. Paulo Torminn Borges (Brasil-GO)
- Prof. Messias Junqueira (Brasil-SP)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente de Honra:

Alacid da Silva Nunes - Governador do Estado

Vice-Presidente de Honra:

Helio Jesus Fonseca - Presidente do ITERPA

Presidente:

Prof. Dr. Octávio Mello Alvarenga

Secretário Geral:

Dr. Francisco Pedro Jucá

Membros:

Prof. Dr. Joaquim Lemos Gomes de Souza

Prof. Dr. Edson Raimundo Pinheiro de Souza Franco

Dr. Ferdinando Telles Sirotheau Correia

EVENTOS

- Os Conferencistas convidados, assim como todos os participantes, poderão fazer o lançamento de obras de Direito Agrário de suas autorias, em noite especialmente reservada.
- Os Conferencistas convidados e os demais participantes poderão apresentar Comunicações ao Encontro, que deverão ser datilografados em três vias, em espaço dois, com o máximo de quinze e o mínimo de duas laudas, acompanhadas do resumo do "curriculum" do autor, os quais deverão ser entregues à Secretaria Geral do Encontro até quinze dias antes da abertura. Cada autor poderá apresentar até três comunicados.

PROGRAMAÇÃO SOCIAL

22.05 - Manhã: "City Tour"

Noite: Jantar na residência governamental

(a confirmar)

23.05 - Manhã e Tarde: Excursão a Ilha de Mosqueiro

(p/esposas)

Noite: Jantar com danças folclóricas

(a confirmar)

24.05 - Almoço com a Classe Empresarial

Noite de Autógrafos

25.05 - Noite: Solenidade de Encerramento.

INFORMAÇÕES GERAIS Inscrições: - Taxa de Inscrição: Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) - Encerramento das Inscrições: 11/05/81 - Hospedagem: Novotel **Equatorial Palace Hotel Hotel Sagres** a) Valor da Inscrição: Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) b) Valor da primeira diária:........ Preferência de Hotel: Devolva este cupon no local de inscrição, devidamente Faça-o acompanhar de cheque nominal à I ENCONTRO INTERNACIONAL DE JUS-AGRARISTAS, no valor preenchido, até o dia 12 de maio ou remeta pelo Correio (registrado) para o Instituto de Terras do Pará - ITERPA, total correspondente a soma dos itens "a" e "b". Sua Rua Farias de Brito, 56 - Bairro de São Braz - Belém inscrição será confirmada contra o recebimento do che-Pará - CEP 66000 - Telefone: 226-0869. FICHA DE INSCRIÇÃO Endereço:.... **INFORMAÇÕES PESSOAIS** Graduado (Escola e Local): Pós Graduação (Escola e Local):.....

AMAZÔNIA a nova fronteira

Eng^o João Carlos de Souza Meirelles

Preliminarmente à abordagem dos aspectos da ocupação e do aproveitamento econômico da região amazônica, é necessário uma visão abrangente do mundo moderno. A humanidade está tomando consciência de que é inadmissível que milhões de seres humanos passem fome e, mais do que isto, cheguem a morrer de inanição.

A comunidade mundial, entretanto, até há pouco tempo não tinha uma percepção aguçada desse problema — o da marginalidade econômica —, embora envolva riscos, inclusive políticos, e seja também um fato econômico fundamental, uma vez que as populações marginalizadas estão excluídas do mercado de consumo. Trata-se, portanto, não só de uma tomada de consciência moral do gravíssimo problema da fome, mas também de constatação de um fato econômico adverso.

De outro lado, habitamos um planeta cuja população, atual é de 4 bilhões e 200 milhões de habitantes, devendo chegar aos 7 bilhões até o fim do século. E surge, aqui, um agravante: a quase inexistência de espaços vitais disponíveis. Isto, é claro, transforma o que resta desses espaços em objeto de atenção especial dos estudiosos, que detém o contrôle da tecnologia e da informação e que são, portanto, capazes de se preocupar, de maneira prática, com o futuro da humanidade. É um problema o espaço vital para essa população viver e morar, a geração de energia para seu consumo, a produção de alimentos para toda essa gente. É sobretudo o problema da alimentação que preocupa, pois, ao analisarmos as condições dos países desenvolvidos, verificamos que as suas áreas disponíveis para a agricultura exigem grandes investimentos fim de que sua produção agrícola cresça significativamente - e, mesmo assim, isto ocorrerá à custa do aumento da produtividade e não da conquista de novas fronteiras.

Desta forma, verificamos que a produção de alimentos torna-se vital e que, hoje, é muito mais importante se produzir um saco de arroz, de feijão, de milho ou de soja, do que se fabricar um tanque de guerra ou uma bomba atômica. Em outras palavras, a estratégia da produção de alimentos conduzirá com muito mais objetividade à efetiva segurança das nações e do mundo, do que a corrida armamentista.

É neste contexto que teremos de analisar as condições brasileiras e, especificamente, os problemas da ocupação da região amazônica. Olhado desse prisma mundial, o Brasil é uma nação privilegiada. Sem crises políticas sérias, sem diferenças tribais, sem antagonismos religiosos irreversíveis, o Brasil, nos seus 8,5 milhões de quilometros quadrados não possui terras sujeitas as condições de impraticabilidade, pois, do extremo Norte ao extremo Sul encontramos condições geólogicas, morfológicas e ecológicas, que nos permitem uma utilização privilegiada dessa terras em termos de insolação, de clima, de chuvas etc. Assim, podemos plantar enormes quantidades de alimentos como podemos produzir formas alternativas permanentes de energia, graças à conjugação de fatores advindos de sermos um país equatorial, subequatorial e temperado, e contarmos com áreas contínuas de florestas tropicais úmidas, absolutamente excepcionais, onde ocorre o máximo desenvolvimento de biomassa do mun-

Ocupação da Amazônia: Surgem as novas cidades





Madeira retirada da Região de Marabá

Se levarmos em conta, ainda, que nossa população - 119 milhões de pessoas - mal ocupa 40 por cento do espaço vital do País, e que essa população está totalmente disposta a desenvolver um trabalho de conquista de novas fronteiras; a enfrentar, como nenhum autro povo do mundo, esse desafio - nosso privilégio é ainda maior. Mesmo porque não são todas as nações que estão dispostas a ocupar os vazios territoriais de que acaso ainda disponham. E não resta, certamente, às nações superdesenvolvidas da terra, imersas no consumismo, absorvidas gelo comodismo de uma vida fácil e da riqueza suntuosa, o espírito pionelro, a força que nos sobra para enfrentar o desafio da abertura de novas fronteiras.

E tanto é assim que, apesar das dificuldades, al estão as novíssimas fronteiras da Amazônia sendo ocupadas pelo nosso povo que se adianta em muito lugares, ao próprios programas e planos governamentais.

AS MUITAS AMAZÔNIAS

Ao analisarmos o relêvo econômico do Brasil (e nem falemos do relêvo demográfico), verificamos gravíssimas distorções. Ao lado de ploos de concentração de riqueza na zona Centro-Sul do País, notam-se depressões econômicas em várias regiões de probreza aguda e tradicional, como o Nordeste. E, ao nos voltarmos para a região amazônica, vemos que seu relevo econômico mostra-se como uma planície, onde há um vazio demográfico. Com uma territorial de 5.002.744 extensão quilometros quadrados, representando 58,77% de todo o território nacional, a região tem apenas 9.751.300 habitantes, ou seja, 8,11% da população total do País. Para se ter uma idéia desse vazio populacional, basta ver que, o Estado do Amazonas, com seus 1,5 milhão de quilometros quadrados, tem apenas 1,2 milhão de habitantes, sendo que 700.000, ou seja, 58,33% estão em Manaus ou concentrados em seu redor.

Els porque, para examinarmos a Amazônia globalmente, em todos os seus aspectos, è mister assumirmos uma postura crítica em relação aos modelos econômicos até hoje propostos para o desenvolvimento nacional. O tratamento dos problemas brasileiros, até agora, tem sido regional ou setorial. O Nordeste como a Amazônia, são tratados como fatos isolados; o setor de ferro è visto como um problema à parte da questão imobiliária; e assim por diante. Até hoje o País não teve um plano que enfocasse essas conjunturas regionais ou setoriais, dentro da visão única e uniforme que deveria nortear o modelo de desenvolvimento do Brasil.

Desta forma, propomos, para a Amazônia, um modelo integrado, racional e inteligente de ocupação, Sobretudo, porque não podemos falar de uma só Amazônia. Com seus 5 milhões de quilometros quadrados, essa região, a qual chamamos de Amazônia Legal, apresenta dentro de seus limites diferenças profundas. Incorporando parte do Estado do Maranhão, a Oeste do Meridiano 44º; do Estado de Goiás, ao Norte do paralelo 130; e toda a área dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Acre e dos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá – uma região como essa não pode ser contínua, uniforme nas suas condições, que não podem ser generalīzadas. Sua vegetação, seus tipos de solos, sua ecologia - tudo varia. Na Chapada dos Parecis, por exemplo, constituída de campos e cerrados, chove 1.200 milímetros por ano e a textura física e geológica do solo é muito diferente da encontrada nas florestas de igapó, que são florestas tropicais úmidas inundáveis e onde chove 3 mil milímetros por ano, onde a insolação é máxima e ocorrem os índices limites para a laterização, para a degradação do solo por agentes climáticos. O regime dos rios Trombetas, Negro, Jari etc., è inverso ao dos da margem direita do rio Amazonas, pois obedecem ao regime dos rios do hemisfério Norte.

São, como se vē, muitas Amazônias. Aquela coberta por florestas tropicais úmidas inundáveis (igapó ou várzea), que ocupam 65 mil quilometros quadrados, ou seja, 1,3% da região. A coberta pela extensa floresta tropical úmida não inundável, com 2,535,000 qui-Iometros quadrados, significando 50,7% da área amazônica total; outra. coberta por florestas tropicais semiumidas, com 600,000 quilometros quadrados (12% da área) num conjunto florestal que recobre 3,2 milhões de quilometros quadrados, ou seja, 64% da Amazônia. E, por fim, a área coberta pela vegetação de campos e cerrados, numa extensão de 1.800.000 quilometros quadrados, perfazendo 36% da região. Portanto, quando falamos da Amazônia, temos que ter em mente suas grandes diferenças. E, quando falamos de ocupação da Amazônia, obrigatoriamente, repetimos, falamos de uma ocupação racional, que permita a manutenção do equilíbrio ecológico das áreas onde ele é absolutamente vital ao equilíbrio econômico.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO

O processo de ocupação dessa região-continente se divide em alguns capítulos. O primeiro grande capítulo é o histórico, escrito por nossos antepassados que ocuparam, pioneiramente, os eixos dos grandes rios, sem penetrar na mata. O segundo, que começou pelos idos de 1960, com a abertura de Belém-Brasília, da Cuiabá-Porto Velho, rodovias que permitiram uma nova fase de ocupação, a empresarial. Até 1972/73, esta ocupação empresarial era nitidamente pecuária, porque era a única viável, pois não havia infraestrutura viária para escoamento da produção agrícola - mas o gado poderia ser levado caminhando a grandes distâncias. A partir de então, começou uma nova fase, a da ocupação intensiva da região pelo médio proprietário que se baseava na infra-estrutura criada pela empresa privada (pistas de pouso. atendimento médico etc). Hoje, cada projeto da Sudam tem em torno de si cerca de 10 empresas pequenas ou médias. Isto é, cada um deles foi multiplicado por dez e, dos 350 projetos iniciais que ocupavam 78 mil quilometros quadrados, temos praticamente 3.500 empresas que se estabeleceram sem incentivos, com recursos próprios, abertas por gente vinda das mais diversas partes do País.

A nossa tese — a dos empresários da Amazônia, que defendemos — há cerca de 20 anos e, que já temos levado inclusive ao Governo, é a de que se definam, antes que o processo de ocupação prossiga, com grande amplidão, as reservas de proteção da área, a saber;

- 1 Reservas ecológicas Áreas que devem permanecer intocadas, pois sua estrutura vive em permanente estado de tensão ecológica e não dispomos de tecnologia apropriada para empreendermos o uso desse tipo de solo.
- 2 Reservas indígenas Áreas às quais devem ser dispensados cuidados especiais e onde as comunidades indígenas possam preservar seus valores culturais, ou aculturar-se, conforme seja mais conveniente. Isto para que não continuem a ocorrer, como hoje, os conflitos desnecessários.
- 3 Reservas biológicas Nas quais determinados tipos de vida, seja vegetal ou animal, se desenvolvem de maneira particularmente notável e que dificilmente sobreviveriam fora de seus "habitat".
- 4 Parques nacionais Constituídos de grandes amostras da natureza primitiva que ficarão à disposição das gerações futuras, como demonstração da cultura de um povo, capaz de preservar, para sempre, amostras da natureza original e intocada.

A nossa tese, portanto é a de que poderíamos ocupar, dos 5 milhões de quilometros quadrados que compõem a Amazônia Legal, cerca de 2,5 milhões, deixando outro tanto como área de preservação. Isto, entretanto, não significa que irlamos ocupar 2,5 milhões de Km², pois sugerimos que se deixem mais 20% de toda a Amazônia Legal como área de preservação local. dentro das regiões de ocupação. Aqui, seriam preservadas as cabeceiras dos ríos, os mananciais de água e as regiões acidentadas que não devem ser ocupadas para evitar a erosão. Disto resultaria que podemos usar com toda segurança, cerca de 30% da região amazônica - ou seja, 1,5 milhão de quilometros quarados, quer dizer, 150 milhões de hectares, Ocuparlamos, pois, com toda segurança, uma área utilizável que é de seis vezes a área total do Estado de São Paulo - uma ocupação racional, feita em zonas absolutamente identificadas, principalmente longe das áreas de tensão ecológica.

INFRA-ESTRUTURA

Esta ocupação, hoje absolutamente incipiente, permitirá o povoamento da região, com a transferência dos homens do minifundio do Centro, Sul e do Nordeste. Dos nordestinos que não encontram mercado de trabalho e queiram agriculturar a terra, indo para a Amazônia gerar riqueza. Fixará o caboclo, o homem que já vive na região, dando-lhe novas oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento.

Para a consecução desse objetivo necessitamos, é claro, de infra-estrutura básica, como estradas, assistência médico-sanitária, telecomunicações etc. Desta parte, o Governo e mesmo a iniciativa privada, já vem cuidando há muitos anos.

No setor viário, por exemplo, já contamos com uma rede básica de estradas federais, a saber:

- BR-010 (Belém-Brasília), com 2.080 Km. totalmente pavimentada, ligando a Amazônia ao Centro-Sul do País, servindo a 32 cidades e a uma população de cerca de 2,5 milhões de habitantes;
- BR-230 (Transamazônica), com extensão de 5.355 Km, liga a costa do Nordeste à fronteira do Peru, interligando os terminais navegáveis dos afluentes da margem direita do rio Amazonas. Corta regiões de apreciáveis reservas minerais, incluindo cassiterita, ouro, cristal de rocha, cobre, chumbo, manganês, ferro, etc..., além de terras de alto potencial madeireiro e próprias para a agricultura;
- BR-210 (Perimetral Norte), com 2.666 Km, integrará com as BR-156 e 307 um sistema de 4.040 Km de extensão, com 954 Km já implantados. Nascendo no Atlântico, no território do Amapá, acompanha a fronteira Norte e Nordeste do Brasil. Encontrase com a Transamazônica no Estado do Acre;
- BR-364 (Cuíabá Porto Velho), com 2.785 Km de extensão, vai de Cuiabá a Boqueirão da Esperança, na fronteira com o Perú. Em 2 anos deverá estar pavimentada:
- BR-174 (Manaus Fronteira com a Venezuela), com 980 Km, Integra o Sistema Pan-Americano que liga Caracas a Manaus e Brasília, através das rodoviais BR-319 e BR-364;
- BR-401 (Boa Vista Fronteira com a República da Guiana), que também faz parte do Sistema Pan-Americano e permite a ligação entre a fronteira guianense e Manaus, com extensão de 185 Km;
- BR-156 (Macapá Oiapoque), com cerca de 682 Km de extensão, dos quais 583 Km já implantados, liga a



Guaraná: Cultura típica da região

capital do território do Amapá à fronteira com a Guiana Francesa;

- BR-319 (Manaus Porto Velho), com 866 Km, implantada e pavimentada, liga o principal núcleo da Amazônia Ocidental ao Centro Sul do País, integrando-se ao sistema Pan-Americano, através da BR-174;
- BR-163 (Cuiába Santarém), com 1.618 Km de extensão, ligando Cuiába (MT) a Santarém (PA), importante porto fluvial, apto para navios de grande calado;
- BR-316 (Belém Maceió), que interliga Norte e Nordeste, oferecendo, no seu trecho amazônico, 680 Km implantados e pavimentados.

Ainda nesse setor, o Governo, através do Ministério dos Transportes, destinou recentemente recursos da ordem de Cr\$ 11,2 bilhões ao incremento do programa de transportes na Amazônia, no biênio 1980/82. Dessa dotação, Cr\$ 8,4 bilhões serão investidos num sistema de estradas que assegure a ligação Manaus — Brasília por rodovia pavimentada.

As rodovias são absolutamente essenciais a região, uma vez que é uma grande ilusão acreditar-se que todos os rios amazônicos são navegáveis. Por exemplo, o Tocantins só é navegável cerca de 150 quilometros, ou seja, partindo do Amazonas e subindo até Tucuruí. O Tapajós e o Xingú, são navegáveis 50 quilometros. O único rio realmente navegável, é o Amazonas, que pode ser percorrido de Iquitos, no Perú, à sua fóz, no Atlântico, por navios de 30, 40, 50 mil toneladas, exigindo apenas uma boa praticagem para passar no estreito de Óbidos.

Quanto ao problema das telecomunicações, a região está praticamente toda integrada ao sistema nacional, através de microondas em visibilidade direta: micro-ondas em tropodifusão (dado as dificuldades de acesso na região, foi adotado em vários trechos este sistema, com estações repetidoras a cada 300 Km, sendo utilizadas antenas Billboard, algumas com 700 m2 da área): sistema de ondas curtas (utilizando apenas para os serviços de telefonia, telegrafia, telex e fac-simile). Os programas da rede nacional de televisão podem ser transmitidos para a região pelos troncos de micro-ondas em visibilidade direta. Algumas cidades Amazônicas, como Manaus, Cuiabá e Boa Vista, são atendidas com auxílio de satélites. As principais cidades amazônicas já estão ligadas ao processo DDD e DDI, facilitando-se assim as comunicações telefônicas com os mais importantes pontos do País e mundo.

O suporte técnico para empreendimentos na região é garantido por diversos organismos oficiais, tais como a Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; a Sudeco — Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste; a Suframa — Superintendência da Zona Franca de Manaus, e o Polamazônia — Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

Em relação ao problema da geração de energia, além do que a biomassa oferece como alternativa, estudos sobre o potencial hidrelétrico da região, que incluem apenas os seus grandes saltos, indicam um potencial de 70 milhões de Kilowatts. Para se ter uma idéia do que isto representa, é suficiente mencionar que o Brasil, hoje, tem instalados e em operação apenas 25 milhões de Kilowatts. E, para oferecer um dado desse potencial, citemos o salto de Altamira, no Rio Xingú. Os estudos da Eletronorte indicam que seu potencial é 10 por cento superior ao de Itaipú, até então considerado o maior do mundo. O salto de Altamira produzirá 14 milhões de Kilowatts.

NOVA FRONTEIRA SOCIAL

A nosso ver, não haveria meio mais rápido de absorver contingentes de mão de obra, para gerar riquezas para este país, que dar prioridade ao setor agrícola, em especial na Amazônia — para a qual defendemos um modelo de ocupação social, com grandes projetos de colonização absorvendo esses contingentes de mão de obra e no qual o uso seletivo do solo permita que convivam pequenos, médios e grandes proprietários. Nas terras de grande fertilidade média; e as grandes proprie-

dades em solos mais pobres, onde seria desenvolvida a pecuária extensiva.

Assim, a implantação de uma nova fronteira social abre horizontes para a incorporação de brasileiros ao trabalho direto, que evitará o desemprego fruto da crise econômica gerada pela crise energética. Sobretudo agora, quando retorna a esperança do País para um modelo de desenvolvimento com justica social, sem sombra de recessão, compatibilizando o processo inflacionário, com as necessidades do desenvolvimento, abandonando o modelo inadequado para um país, como o nosso, que, como os demais subdesenvolvidos, caracteriza-se pela carência de recursos de capital e pela abundância de recursos outros, como terra e mão de obra.

Neste modelo, a Amazônia se apresenta como uma nova e imensa fronteira, onde tudo acontece vertiginosamente e que vai ajudar a produção de gêneros alimentícios para o povo brasileiro e de volumes exportáveis programados, de forma a que possamos fazer face às nossas responsabilidades internacionais e equilibrar, em curtíssimo prazo, a nossa balança de pagamentos. E aqui, gostaríamos de citar exemplos de como isto pode realmente acontecer. Um dos projetos da iniciativa privada na região, que se chama SINOP - Sociedade Imobiliária do Oeste Paranaense, implantado há seis anos em terras de média fertilidade, conta hoje com 60 mil pessoas e lá se está construindo a primeira usina privada de álcool de mandioca do País, onde inicialmente serão produzidos 120 mil litros/dia e que tem prevista uma produção final de 1 milhão de litro/dia. Este projeto, situado a 250 km ao norte de Cuiabá, cultiva arroz, milho, feijão e tem demonsfrações de café da variedade robusta. Outra experiência foi iniciada em 1973, ao longo da rodovia BR-158, às margens do Rio Araguaia, por colonos vindos de Tenente Portela, uma região de minifundios no Rio Grande do Sul. Cada família, cerca de mil, passou a operar uma propriedade de 400 hectares e hoje, organizadas em cooperativas, já conseguiram produzir 5 por cento do total da safra brasileira de arroz. Recorde-se que estamos importando 400 mil toneladas desse produto. Se tivessemos apenas cinco experiências como essa, estaríamos produzindo arroz suficiente para o consumo nacional.

Muitas mais são as riquezas dessa quase inexplorada região amazônica,

além das terras boas e férteis. Para continuar a esboçá-las, lembremos que, antes da descoberta de Carajás, o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais era considerado o maior complexo produtor de minério de ferro do mundo. Carajás detém uma reserva muitas vezes maior que o quadrilátero ferrífero de Minas. E não é só ferro: nas suas jazidas encontramos ouro (na Serra dos Martírios, numa das extremidades do maciço de Carajás), cassiterita, cobre, alumínio, para citar apenas os mais importantes.

No setor madeireiro temos na região, um potencial imenso. Precisamos discutir seriamente é como aproveitar a madeira resultante do processo de ocupação, já em curso. É desta madeira que devemos nos ocupar agora. Para se ter uma idéia do que isto representa, basta dizer que estudos oficiais do Governo Brasileiro indicam que a floresta amazônica - essa floresta de 3,2 milhões de Km2 - tem uma produção média de 180 m3 de madeira por hectare (entenda-se, aqui, o fuste de madeira, que exclui a galhada). Desses 180 m3, variando conforme a floresta, pelo menos 35 a 50 m3 são de madeira de lei que se pode comercializar em qualquer parte do mundo.

Após esse ligeiro esboço das riquezas da região, temos de concluir que a Amazônia não pode continuar a ser tema de debates superficiais. A Amazônia é um problema social, político e econômico para o país e sua ocupação deve ter tratamento tecnológico adequado. Precisamos ocupá-lo racional e inteligentemente, com segurança, com uma visão técnica apropriada. Lembramos sempre que há áreas que são intocáveis, que devem ser rigorosamente preservadas, e há as que são excepcionalmente produtivas, férteis, e que permitem, sem quaisquer riscos, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas.

Temos a oportunidade de dar ao mundo um exemplo, com o aproveitamento correto, inatacável, do potencial econômico e social da Amazônia, solucionando os problemas do minifundio estrangulante, do homem sem terra e oferecendo alternativas para as pressões exercidas sobre os grandes centros urbanos. Enfim, criando e consolidando uma nova fronteira econômico-social para o Brasil.

^(*) Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia

Jari, sim e não

J. Motta Maia (*)

O Projeto Jari é válido na medida em que representa o desenvolvimento regional e a ocupação de território. Mas os benefícios que dele possam resultar para o Brasil, terão que condicionar-se à preservação do poder nacional o que significa dizer, da própria soberania.

Numerosa missão de empresários norte-americanos anuncia sua vinda ao Brasil para negociar a aquisição de madeira, os grandes volumes resultantes do desmatamento da área de duzentos mil hectares, para construção da represa do Tucuruí.

Com essa gigantesca operação, pretende-se satisfazer as necessidades crescentes do consumidor da grande nação do norte do Continente. Numa segunda etapa, e porque o mercado é insaciável, a gourmandise dos ianques se ampliarà a outras áreas onde a selva é abundante, sob o império econômico idealizado por Daniel Ludwig, "o homem mais rico do mundo" que, por isso mesmo, se viu atraído pela região mais rica e luxuriante do mundo, o último pulmão do Universo, segundo a constatação dos cientistas sociais e políticos do Clube de Roma, Em clima emocional de embevecimento, os nativos repetiram o episódio de Caramurú, nos começos do Brasil, o que propicia a Ludwig a oportunidade de consorciar-se à região mais exuberante do mundo, banhada pelo curso d'água mais gigantesco do mundo. Um consórcio natural de gigantes, na disputa do domínio de um de outro, até o Dia do Julzo Final.

A Amazônia sempre alvo da cobiça, em que pese as advertências do gênio de Tavares Bastos, hoje esquecido, é agora uma presa enorme da cobiça tecnológica e do capitalismo colonizador. O grande milagre brasileiro, que todos esperamos é que ela sobreviva, neste limiar do ano 2000, para quando se anunciam coisas inacessíveis à imaginação de nós outros pobres mortais, resíduos do século XX em fase de estertor.

INTEGRAR, NÃO ENTREGAR

Em princípio e honestamente, ninguém pode ser contra o aproveitamento da Amazônia, sua integração ao complexo nacional, como sonhara Tavares Bastos e o inclito Presidente Castello Branco.

Mas entre integrar e entregar, há um abismo. Há uma ação predatória, já agora institucionalizada, nem só de alienígenas, porque também de nacionais, ansiosos e incontroláveis em sua gana de alargar suas fronteiras agrícolas ou agro-pecuárias e, pois, sua fortuna pessoal.

Pensamos, as vezes, face a essa expansão do poderio do homem — poderio destruidor e incontido — que se cumpre um destino inarredável para a grande região que nasceu com o feio pecado de ser um manancial de recursos naturais imensos e inexplorados por tantos séculos.

Em Ilvro não muito velho, que vale como uma sentença, Zischka previu o destino da Amazônia, que não è só brasileira, mas é, antes de tudo, brasileira; "Il n'y pas-Il n'aura peut-être jamais dans l'Amazone ou dans le Congo une civilization tecnique autonome commo celle de l'Europe ou de l'Amerique du Nord" (in "Afrique, Complement de l'Europe").

Antes dessa investida de Daniel Ludwig, "o homem mais rico do mundo", sobre os recursos naturais da Amazônia, outras tentativas se verificaram, inclusive aquela frustrada do velho Henry Ford, que custou a vida de milhares de brasileiros.

A idéia do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica pereceu sob a espada do jacobinismo que gritava: "A Amazônia é nossa!" Era, porém, a solução mais racional, mais acertada, porque partia de um estudo e pesquisas dos recursos naturais amazônicos e teria, como consequência, sua exploração e aproveitamento racionais em que se incluiria naturalmente, a preservação da soberania nacional.

ACIMA DE TUDO, O INTERESSE NACIONAL

Esquecidos os incidentes que marcaram a tramitação no Congresso Nacional, nos idos de 30, do projeto da Hiléia Amazônica em que se sentariam à mesa discussões, os países latinoamericanos ligados à Amazônia pelas suas afinidades e contextura físicas, inclusive as Guianas, então sob o domínio de países europeus, deu-se a investida do pioneiro Ludwig, que surgiu com pele de cordeiro e, ao contato com a natureza luxuriante, se transfigurou em lobo da selva, poderoso, temível e incontrolável pelos outros mortais.

O chamado Projeto Jari é, realmente, uma realização que enche os olhos e sensibiliza pela sua ousadia e concepção. Quantos visitaram o Império de Ludwig se mostraram maravilhados com o que foi dado a este ancião realizar em tão pouco tempo, vencendo obstáculos e implantando uma empresa de dimensão gigantesca, onde há pouco tempo era o Nada.

Parece cumprir-se, com ele, um destino a que a reglão não pode fugir, porque de fatalismo se trata e ninguém foge ao Destino.

Mas, Deus do Céu, como abstraír-se desse fatalismo, o interesse maior da Nação brasileira que é o aproveitamento racional dos recursos naturais e a preservação da soberania nacional?

A cumprir-se a predição de Zischka, que não é um parvo, mas um homem de grande inteligência e domínio das ciências geográficas, estaríamos em si-

Aspecto do Complexo Agro-Industrial do Jari



tuação pior do que o Congo em relação à Europa. A África sacudiu, bem ou mal, o véu de colonizadores dos países da Europa e hoje são países independentes que lutam pela sua maloridade sem submissão a senhores civilizados e vorazes.

Ludwig é a mão do Destino pousada sobre uma parcela valios(ssima do território nacional, decidido a cobrar com juros redobrados, o preço de seu esforco desbravador.

Damos como certo que, em princípio, o Projeto Jari é uma iniciativa válida e necessária.

O aspecto negativo está na forma como se executa, criando além da dependência ou predominância de um complexo econômico poderoso estrangeiro, a exaustão dos recursos naturais, comprometendo nosso potencial financeiro, fruindo de benefícios fiscais incentivos e isenções de tributos - que não se concedem aos nacionais, na dimensão e na forma como lhe são proporcionados. A má utilização dos recursos naturais também pode ser Imputada a muitos empresários nacionais, o que justifica a necessidade de uma reformulação dos planos de povoamento e de exploração regional.

PELA PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA

Além disso, segundo informações contidas, inclusive em relatórios oficiais ligados à segurança nacional, o colossal empresário que deve ser a mão de uma força invisível comum dos mortais, não aporta à economia nacional recursos próprios, em que pese ser "o homem mais rico do mundo". Os recursos que financiam o Projeto Jari não representam investimento estrangeiro direto que se incorpore a riqueza nacional. São empréstimos com a garantia do Tesouro Nacional, com pagamento de juros e sem riscos para Ludwig e com todos os riscos para o povo brasileiro.

O poder nacional representado pelo povo, pelas instituições políticas e jurídico-sociais, é minimizado no império ludwigano, em uma área de seis milhões de ha. Ali se dita a lei, a sua lei e seu arbítrio em nome de uma funcionalidade ilusória que ignora as prerrogativas sociais de grande massa de trabalhadores.

O império de Ludwig é uma distorção do que poderia ser realmente uma grande empresa a serviço do interesse e da prosperidade nacional. E demonstra como foi grave erro a condenação do projeto racional do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, há quase meio século.

Empreendimentos dessa natureza e porte são úteis e até necessários, se



Área do Projeto Jari com uma comparação de sua superfície às de vários países: Holanda, Albania e Belgica e do Estado de Sergipe

executados com vistas ao interesse nacional de forma predominante, com a importação direta do capital estrangeiro que se incorpore ao patrimônio nacional, e executado com respeito rigoroso às leis e às instituições nacionais.

O nativo basbaque costuma embevecer-se com as aparências, ignorando a essência, o que está por traz de empreendimentos como o Jari. Faz lembrar o episódio dos primeiros tempos do Brasil, com o nativo atribuindo a Deus do Céu o milagre de um simples tiro de espingarda do colonizador.

Tranquiliza-nos o anúncio de que o poder público, conscientizado dessa realidade, prepara-se para restabelecer a plenitude do poder nacional na área dominada por Ludwig, hoje mais poderoso no seu império do que foram, no seu tempo, os imperadores austro-húngaros e os Tzares, nos seus domínios.

OS CAMINHOS CERTOS

O problema Jari é, antes de tudo, de segurança nacional e, sob tal ângulo, deve ser considerado.

Não se compreende a existência de um empreendimento do seu vulto, mesmo com repercussões positivas sobre a economia nacional e a ocupação do território, sem conectá-lo com o poder nacional, que é a própria soberania posta em causa.

O erro inicial foi não se ter dado consequências ao projeto do Instituto da Hilélia Amazônica, que constituiria a infraestrutura e a fixação de alternativas para o aproveitamento racional

da região e de seus imensos recursos. Predominou a xenofobia, que não-se pode confundir com nacionalismo, a mesma xenofobia que frustrou o grande projeto da Itabira Iron, na década de 20.

O grande argumento para que não se condene, a priori a participação legítima do capital estrangeiro — capital estrangeiro incorporado à economia nacional — ê que o Brasil não dispõe de recursos financeiros para levar a bom termo o grande projeto, que não pode ser conduzido à custa do endividamento externo.

O caminho certo seria, em última análise, incorporar ou internalizar o investimento estrangeiro, preservando o poder nacional e aproveitando, da melhor forma possível, com adoção de técnicas adequadas e não empiricamente, os imensos recursos naturais proporcionados ao Brasil pela Natureza e que cabe ao homem aproveitar.

A internalização do investimento estrangeiro poderá ser realizada ainda, pela associação desse investimento ao capital nacional, de modo a prevenir a predominância ou influência insuportável do poder econômico internacional nas decisões econômicas e até políticas do país.

Essas, as conclusões que nos ocorrem manifestar em uma apreciação sumária do Projeto Jari e dentro dos limites de uma explanação, breve e despretensiosa.

(*) J. Motta Maia à Diretor-Secretário da Sociedade Nacional de Agricultura.

SNA EM AÇÃO

Desde 1968, data em que se iniciou o registro de usuários, a biblioteca já atendeu cerca de 5.600 leitores e é franqueada ao público no horário de 8 às 17 horas.

Luiz Simões Lopes, presidente benemérito

INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA DE AGRICULTURA

O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octávio Mello Alvarenga, inaugurou oficialmente, no dia 16 de dezembro de 80, as novas instalações da Biblioteca de Agricultura da entidade, na presença de destacadas personalidades ligadas ao setor agrícola, dentre elas Luíz Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas e Benemérito da SNA.

Presentes também diretores da Petrobrás Distribuídora e do Disco, especialmente convidados para a cerimônia, além de membros da diretoria da SNA.

Em seu discurso, nosso presidente lembrou da importância de se conservar a Biblioteca de Agricultura da SNA que, fundada em 1897, conta atualmente com acervo de 20 mil volumes, entre livros, folhetos, periódicos e publicações da FAO.

da SNA decerra a placa de inauguração

HOMENAGEM À MARINHA

No dia 18 de dezembro a Marinha do Brasil foi homenageada na SNA pelos serviços prestados, principalmente no atendimento às populações ribeirinhas da Amazônia.

O Vice-Almirante Alfredo Karan, Comandante do 1º Distrito Naval, recebeu, em nome da Marinha, a Placa de Bronze Comemorativa, com a insígnia da SNA.

Estiveram presentes o Delegado Federal da Agricultura no Estado do Rio de Janeiro, Paulo Antonioli, representando o Ministro da Agricultura; o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Aloysio Bastos Vianna da Silva, Chefe do Estado Maior do 1º Distrito Naval; os Capitães de Corveta Augusto Santos Azevedo, João Adolpho Berenger de Almeida e João Rubinski Freund; o Capitão-Tenente Ivan Magno de Carvalho Menegossi; além dos membros da Diretoria da SNA.

A homenagem foi sugerida pelo Instituto de Ecologia e Ciências da Terra — IECO, tendo em vista pontos de afinidades sob distintos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, de ensino e pesquisa.



Acima, Luiz Rocha Neto, Almirante Karan e Octávio Mello Alvarenga, durante o almoço de confraternização

À direita, o Almirante Karan ao receber a Placa de Bronze da SNA

EM HOMENAGEM À MARINHA DO BRASIL

Discurso do Prof. Octávio Mello Alvarenga, proferido em 8 de dezembro de 1980, na solenidade promovida pela SNA, em seu auditório, em homenagem à Marinha do Brasil.

Em boa hora acolheu a presidência da Sociedade Nacional de Agricultura uma sugestão da Diretoria científica do recém-criado Instituto de Ecologia e Ciências da Terra, no sentido de que fosse prestada uma homenagem à Marinha, tendo em vista interessantes pontos de afinidades, sob quatro distintos aspectos: sociais, econômicos, tecnológicos e de ensino e pesquisa.

Nosso anseio de integração amistosa tem lugar em clima pré-natalino, quando os homens se dispõem a uma tréqua nas suas disputas existenciais, procuram despedir-se de uma fatia de tempo que lhe foi concedida viver, e se preparam para a abordagem do Ano Novo, que já vem ancorando no cais do tem-

Como depõe no seu "Poema de Natal", o Iírico Vinicius de Moraes, cujo corpo foi engolido por equivocada onda do ano que se finda, "para isso somos feitos / para lembrar e ser lembrados" e me permito recordar aos representantes da Marinha que todos, aqui, devem se sentir em sua própria casa. pois, o primeiro Ministro da Agricultura do País, ainda no Império, foi o Almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma, que, ao ser inaugurada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada pelo Decreto Imperial no 1.067, de 28 de julho de 1860, foi nomeado Ministro em 2 de marco de 1861, trinta e seis anos antes da criacão da SNA.

As ligações da Agricultura — ciência dos recursos naturais renováveis da crosta terrestre - com a Marinha, responsável pela formidável massa líquida que ocupa mais de dois terços do alobo, pode ser observada desde que o animal homem começou a se arrastar. crescer e impor-se perante os demais seres viventes. Para os brasileiros de hoje, terá início no ânimo ibérico de conquistas, de tal forma exacerbado. que, em 1497 o Papa Julio II ratificava o Tratado de Tordesilhas, dividindo as futuras conquistas marítimas entre Portugal e Espanha.

A bravura, a sede de descobrimento, esta mescla de interesse econômico e desejo de catequese vem sendo celebrada através dos tempos por historiadores e poetas, e Fernando Pessoa (para quem o mar é musa, cenário, distância e reconciliação - haja vista o ciclo perfeito da "Ode Marítima", que se poderia comparar aos movimentos "Sinfonia Pastoral", de Beethoven), a grande voz pós-camoneana, no poe-

ma que celebra D. João Segundo, alude ao dono do mar, ao "Monstrengo que está no fim do mar" e à resposta que lhe dá o homem, trêmulo e ao mesmo tempo forte, que estava ao leme: "Aqui ao leme sou mais do que eu: / sou um Povo que quer o mar que é teu".

É foi por vencer o monstrengo do mar que os portugueses, filhos de uma minúscula faixa de terra passaram a dar nomes, a influir no linguajar, a levar, enfim, alguma coisa de si, às mais distantes plagas do universo, dentro e fora daquela linha imaginária que Julio II havia sacramentado.

Foi por vencer, por vontade, o monstrengo que está no fim do mar, que Portugal levou ao Brasil as 4.500 milhas de costas atlânticas nesse território de terras equatoriais e sub-equatoriais, cuja ocupação ainda não se completou. E será sob tal aspecto, o da assistência prestada pela Marinha à integração do espaço rural brasileiro, particularmente nas áreas das grandes bacias do Norte e Nordeste, será a veiculação do setor "serviços" às populações ribeirinhas, que inicia a integração entre os elevados ideais da SNA e da Marinha do Brasil.

O Atlântico Sul voltou a reassumir, nos dias de hoje, relevante importância no quadro político estratégico. Conforme assinala o Almirante Hilton Beruti Augusto Moreira, em seu trabalho sobre "Transportes Marítimos, Desenvolvimento e Segurança Nacional", destacam-se as seguintes circunstâncias:

a) os minérios e outros produtos primários exportados em escala crescente pelos países da América do Sul e da África para os Estados Unidos, Europa e Japão;

b) o comércio do petróleo que, com o fechamento do Canal de Suez, passou a utilizar as rotas contornando a África do Sul, que vêm do Golfo Pérsico para as áreas de refino dos países europeus e americanos;

c) a irreversibilidade de tal situação, em face da utilização dos superpetroleiros, que não passam mais nem no Canal de Suez nem do Panamá;

d) a necessidade crescente da comunidade mundial de transportes maríti-

Se é certo que o Brasil é um país essencialmente agrícola, não é menos certo que é um país essencialmente marítimo. Num e noutro caso, a existência de fatores positivos e negativos irá ressaltar aspectos paradoxais. Somos essencialmente agrícolas, mas até

hoje importamos arroz (da Tailândia): coco (do Paquistão); batata (da Holanda); cebola (da Espanha e Chile); feijão (dos Estados Unidos) e leite ... (da Dinamarca!); somos essencialmente marítimos e ainda lutamos para dar uma resposta eficaz ao desafio ecológico do mar.

Nenhum destes fatos, porém, deve ser motivo para desânimo; pelo contrário - servirão e servem para despertar nos respectivos setores mais ânimo, no sentido de que se promoyam as necessárias retificações, tanto no que concerne à elaboração de um zoneamento agrário capaz de eliminar as importações aludidas, como em medidas — que felizmente vêm sendo tomadas, para ampliar a pesquisa como ponto de partida para ações efetivas de defesa e aumento de produtividade das águas.

E esta festa de congraçamento já se justificaria pela só razão de permitir que algumas verdades - como aproximações que andavam esquecidas, às vezes tão óbvias quando vêm à luz - sejam ditas em meditação dezembrina: como esta, de que flora e fauna marinhas repetem, à sua maneira, suas homônimas terrestres; flora e fauna podem desaparecer - ou tomar novo alento. desde que bem cuidadas.

Dessa forma, cada cruzeiro que se invista nas atividades exploratórias e de pesquisas da Marinha será multiplicado pelo impacto paralelo que representa, na área dos recursos renováveis, os benefícios decorrentes, proporcionados ao setor agrícola. E bem andou o legislador brasileiro, quando ampliou à faixa dos pescadores profissionais, esteios humildes de nossa brasilidade, as vantagens da previdência social, atribuída, em princípio, ao trabalhador na agricultura. Pescador e trabalhador, duas faces da mesma moeda que, refulgindo agora em sua dualidade centrípeda, me é claro salientar.

Referi-me desde o início desta saudação, aos aspectos tecnológicos da Marinha, dentre os quais se deve dar especial saliência à pesquisa oceanográfica - de vivo interesse para o setor agrícola. Cada navio de pesquisa é um laboratório de tantas potencialidades quanto as células admiráveis de formação profissional e emulação científica em que se constituem os centros de pesquisas da EMBRAPA, em boa hora criada pelo Presidente Ernesto Geisel.

O Instituto de Pesquisa da Marinha, pelos trabalhos que vem realizando, merece o aplauso e a admiração desta Casa, e esperamos que possa aproximar-se estreitamente do Instituto de Ecologia e Ciências da Terra, jovem infante precisando dos conhecimentos e da experiência dos mais sábios e mais vividos

Nunca é demais recordar que a Escola de Marinha foi o primeiro centro

educacional, de nível superior, que se criou no Brasil, por ato de D. João VI, em 1808. Estaria ali o criatório primeiro de planktons que, bem mais tarde, iriam sugerir a Fundação de Estudos do Mar, idealizada pelo Grande Almirante Saldanha, hoje continuada e dinamizada pelo Almirante Moreira da Silva, outro modelo vivo, do qual muito tem a aprender o nosso IECO, criado dentro desta Casa - como bem acentuou o nosso Presidente Benemérito Luiz Simões Lopes - por decorrência natural de preocupações científicas que emergiam do corpo social da entidade-mater.

Aliás, bastariam os primeiros alertas de Assis Brasil, no seu antológico "A cultura dos Campos", ou as anotações, tão cheias de sabedoria e humanismo de Lemos de Britto, nos "Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil", editado pela SNA, em 1923, nos quais a preocupação com o meio ambiente, a devastação florestal e os métodos de ocupação do território recebem críticas pioneiras e de cristalina sabedoria; bastariam as preocupações e estudos de Edgar Teixeira Leite sobre a poluição crescente do Rio Paraíba do Sul, para que a centelha do entusiasmo nos levasse à criação do Instituto de Ecologia e Ciências da Terra.

Vemos, portanto, que inscritas no verso e anverso de uma só medalha, a Marinha fitando os horizontes da terra de um Pau-Brasil que existiu em tal profusão que chegou a dar nome ao País; e a Agricultura, de olhos postos nas praias e nas duzentas milhas do nosso mar territorial de onde desaparecem as baleias e a poluição prejudica até a pesca amadorística do anzol estamos circunscritos por indagações essencialmente idênticas, embora em meios completamente diversos. É que as preocupações ecológicas tanto podem abrigar-se sob a farda dos descendentes de Barroso, quanto dos seguidores de Rondom, de Humbolt, de José Bonifácio, de Coelho Neto, de Euclides da Cunha e de Alberto Torres.

A ciência conservacionista evolui no tempo, mas adverte intemporalmente. Cada vez devemos nos convencer de que quanto mais o homem se acreditar acima do Criador, quantas vezes este "bicho da terra tan pequeno", no sábio e clássifo dizer de Camões, se colocar acima de suas forças e capacidade, maior será a sua aflição, sua angústia, seu temor, sua derrota de Golias desventurado.

Somos hoje os sobreviventes do me-

Temos medo das estatísticas, quanto à explosão demográfica; medo da falta de alimentos pelo abandono dos campos; medo da própria condição de existir, num planeta diversificamente poluído, embora diariamente visto, analisado e interpretado através de satélites — no qual a sofisticação científica caminha de braços dados com a violência, a incompreensão e o aniquilamento.

Das janelas desta Casa podemos avistar a Baia da Guanabara; podemos distinguir os carros que atravessam a Ponte Rio — Niterói; podemos observar o movimento dos grandes e pequenos barcos que entram ou se despedem; e bem aqui na frente os aviões e helicópteros da FAB, da Marinha, da aviação civil.

Destas mesmas janelas, contudo, é lícito perguntar como o fazia em setembro de 1974, pelas páginas da "Revista Marítima Brasileira", o Capitão de Fragata Luiz Oscar Moss Goulart: "já imaginaram que um petroleiro de 100 mil toneladas dwt, por sinal dos menores, poderia partir-se dentro da Baia da Guanabara, com conseqüências catastróficas e irreversíveis?"

Há números que favorecem aos economistas do tráfego mas ampliam o receio dos usuários do petróleo: em 1974 já operava o "Nisseki Maru", com 366 mil toneladas dwt e o "Globteck", com capacidade para 470 mil toneladas, recebia os últimos retoques. E nós, saudáveis mortais, na praia, fingindo não saber ou não ter nada a ver com tais assombros — como aqueles inocentes do Leblon que o poeta Carlos Drummond de Andrade denunciava em versos publicados em *Sentimento do Mundo:*"Os inocentes do Leblon

Trouxe bailarinas?
Trouxe emigrantes?
Trouxe uma grama de rádio?
Os inocentes, definitivamente inocentes tudo ignoram
mas a areia é quente e há um óleo suave

não viram o navio entrar.

que eles passam nas costas e esque-

É certo que assinamos convenções e subscrevemos alertas internacionais. Convenções e tratados de boas intencões terão, porém, a capacidade de retornar as baleias e os peixes-bois às costas do Brasil? Pois, segundo se lê nas "Memórias Sobre a Pesca das Baleias", que José Bonifácio de Andrade e Silva editou em 1790 e o Prof. Luiz Emygdio de Mello Filho reeditou em 1977, quando presidia a Fundação para a Conservação da Natureza - só de peixe-boi os primeiros portugueses costumaram carregar cerca de vinte navios - e, já em 1650, lastimavam não ter com que carregar uma só embarcação.

Quando indômitos pesquisadores procuram ampliar a produtividade agrária, pela racional exploração de nossas potencialidades (e aí estão, para citar apenas dois exemplos, os criadores de "peixe-boi na Amazônia" e os biodigestores, para a fabricação de gás, em Juiz de Fora), é justo pensar-se que a integração Agricultura/Marinha terá seu coroamento quando, ao espaço de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terras continentais, o Brasil somar os 2.925.000 quilômetros quadrados de terras submersas, altamente produtivas.

Mesmo de nosso agrário e tosco batímetro, podemos captar o que tais perspectivas significam.

Senhor Almirante Alfredo Karam, ilustres autoridades, convidados e sócios presentes.

Permiti que lhes faça ainda uma breve mas de todo inarredável referência a um vulto da Marinha com quem tive a honra de conviver: o Almirante José Luiz Belart, cujo espírito público e tenacidade se agigantavam no seu retiro involuntário da Ilha do Governador. Impossibilitado fisicamente de deslocar-se, o Almirante Belart utilizava o telefone e a correspondência escrita como fogo de artilharia ininterrupta, na defesa de sua belonave predileta. E que navio defendeu sempre aquele espírito de escól? A natureza, o meio ambiente, o reflorestamento racional, através do melhoramento de nossas leis, ou da defesa do que é legal e não se cumpre.

Foi o Almirante Belart, aliás, quem coletou elementos para um Código Florestal, bem mais completo do que o atual, cuja redação tive a honra de justificar perante o Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1977.

Ilustre Almirante Karam, Sr. Representante do Ministro Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca.

As insígnias desta instituição que, neste momento, tenho a honra de passar às suas mãos, trazem o significado simbólico de homenagear o futuro recordando pontos afins de nossa atividade presente, em íntima coerência com os aligerces de nossa História.

com os alicerces de nossa História. "VIRIBUS UNITIS" — varões unidos — proclamados desde 1897.

Nesta Casa procuramos evitar designativos retumbantes e ocos; preferimos a ciência e a logicidade às fórmulas milagrosas.

As vésperas do Natal, do nascimento do Homem que recomeça sua trajetória de luminosidade e espinhos por amor ao semelhante, menino desobediente desde os seis anos, quando escapava da convivência familiar para dialogar com os sacerdotes no Templo, desta feita proponho que façamos juntos, viribus unitis, todos nós, uma oração para que o garoto-eterno, filho de Maria e José, pratique uma peraltice personalizada para o Brasil e nos dê uma fatia de paz.

Somos todos, e continuaremos a sêlo, homens de boa vontade.

COMISSÕES TÉCNICAS

Em solenidade dirigida pelo Presidente da SNA, Octávio Mello Alvarenga, foram instaladas, no dia 16 de dezembro, mais seis Comissões Técnicas da entidade — Cacau, Economia Rural, Hortigranjeiros, Organização Rural, Pecuária de Corte e Pesca.

Com as três Comissões que já estavam em funcionamento (Cafeicultura, Pecuária de Leite e Cana, Açúcar e Álcool), a SNA passa a contar agora com nove Comissões, congregando produtores, técnicos, comerciantes e industriais de diversas regiões do País.



Cerimônia de Instalação das novas Comissões Técnicas da SNA

PECUÁRIA DE LEITE

Segundo o Sr. Mario Canellas Barbosa, presidente desta Comissão, "a pecuária de leite continua na triste indefinição preparada e mantida para jogar politicamente com o produto e a sorte dos produtores.

Nada se acrescentou no sentido de definir a existência de produtor de leite, deixando-o como há muitos anos, como arma demagógica da política econômico-financeira que, sem coragem de enfrentar a realidade, esconde à custa do sacrifício dos produtores, a verdade do custo real do produto, que sofre todo o impacto de uma correção rigorosa dos insumos básicos e aguenta toda a insensata carga de absorção desses valores, para mascarar, junto aos consumidores, a real situação do leite.

Discutiram-se, durante o ano, os mesmos problemas crônicos, velhos irritantes e insuportáveis, por sentirse que não há o desejo de corrigí-los, superá-los e muito menos resolvê-los.

É um adiamento constante e permanente, à espera de que caia do céu uma solução, por não desejarem os manipuladores do controle dos preços essenciais entender que, liquidando o produtor, nunca se terá produção.

O preço é a vedete governamental a surgir em cena, ao sabor de cálculos que nada têm a ver com a realidade e, mesmo assim, depois de "concedidos", fica-se devendo mais uma enorme gratidão, porque a sentimental portaria da SUNAB inicia-se sempre proclamando que " — no sentido de estimular, etc." ... Parece um sadismo, "estimular" pagando menos que o devido.

Deve ser para estimular o desânimo, o cansaço, o desencanto, enfim, todos os fatores negativos que fazem parte do destino do produtor de leite.

A batalha do leite tem ainda uma face muito triste: os cálculos, os reajustes, os estudos, só acontecem após uma gritaria que nasce no curral, enche as cooperativas, transborda para os sindicatos, alcança as federações e confederações, as entidades associativas e, só al, após desgaste emocional imenso, após o gasto de enormes somas de dinheiro em reuniões, passagens, refeições nas cidades, é que se chega ao gabinete do Secretário de Abastecimento, para marcar outras tantas viagens e gastos para, finalmente, de maneira "gloriosa", conseguir um preço abaixo do mínimo indispensável para que a atividade seja lucrativa e atraente.

Preço, teor de gordura, leite-cota, leite-excesso, leite-indústria, leite "C", leite "especial", leite "B", frete, custo geral, usinagem, transporte, carreto de segundo percurso, industrialização, distribuição, comercialização, tudo isso discutimos o ano inteiro, sugerimos, demonstramos, enriquecendo os arquivos já suculentos do Ministério da Agricultura em matéria de leite.

Dizem os administradores que, para cumprir sua função, colocaram o leite, não tabelado, mas "administrado". Muito mal administrado, diríamos nós, os produtores.

A verdade é que, até hoje, nada se fez em matéria de planificar, determinar, organizar, definir, consolidar ou regulamentar a atividade do produtor de leite, tão complexa, tão onerosa, envolvendo tantas e tão complexas operações.



Mério Canelles Barbosa, presidente da CT de Pecuária de Leite

Então, o que se faz nas Comissões Técnicas é a repetição do que já se fez antes, em reuniões, congressos, seminários e tudo o que represente movimento da classe. Reiterou-se o que reiteradamente estamos fazendo há anos. Não que não haja idéias novas, mas apenas não adianta tê-las porque não são aproveitadas. Não se quer, nos escalões dirigentes, evoluir para melhor e, com o engodo que vêm submetendo à classe leiteira, tem dado os resultados ("desejados") de fazer os produtores mais pobres subsidiarem os consumidores, em muitos casos, de rendimentos muito superiores. E, se considerarmos os milhões de consumidores pobres, ainda assim é covardia impor aos paupérrimos produtores que lhes subsidie o consumo. O Governo tem que compreender (e já deve ter compreendido) que o problema social do consumidor é dele, Governo, e não dos produtores. Cabe-lhe e exclusivamente a ele, resolvê-lo. Para isso é que há impostos; obrigar-se a melhor distribuição de rendas, cobrando-se de quem tem para suprir a quem não tem,

É claro que sabemos que o Governo sabe. As manobras econômicas, entretanto, e o fantasma da inflação, sobretudo, fazem-no fingir que não sabe.

Diante de fatos que não podemos superar, embora tentemos há muitos anos, insistimos em todos os problemas à medida que surgiam, enquanto fomos colhendo subsídios para um trabalho completo sobre pecuária leiteira e que virá a servir de base para uma sugestão amplamente abrangente de todas as necessidades da classe a ser apresentada em 1981, através do Plano Nacional do Leite, que estamos em fase de elaboração.

Já sabemos que em 1981 teremos juros mais altos. Vai-se desaparecendo uma das maiores balelas: o juro subsidiado. A diferença sempre nos foi cortada no preço.

Quem sabe estamos caminhando para a realidade?

Nossos votos são para que haja coragem de enfrentá-la por quem de direito.

Quanto a nós, vamos trabalhando sempre, insistindo sempre, lutando sempre: usaremos até o fim o direito de buscar justiça, onde quer que ela esteja."

A Comissão de Leite discutiu o problema da cota, extra-cota e excesso do leite, sugerindo, por proposição do Sr. Altair Garcia Nogueira, que a extracota volte a ser denominada de cotaincentivo, para que o excedente de 20% seja pago no mesmo percentual do leite-cota. A Comissão Técnica de Cacau, em sua primeira reunião, traçou as seguintes diretrizes:

 formação de recursos humanos nas áreas de análise, informações, comercialização interna e externa e estudos logísticos para a lavoura e a indústria;

 redirecionamento das atividades do CEPEC, visando dar melhor embasamento à implantação de sistemas de produção e à diversificação de culturas:

 cadastramento técnico das propriedades, com finalidade de dimensionar o real desenvolvimento dos produtores no sistema de expansão e a capacidade na produção de lavouras alternativas;

 esforço e ampliação do consumo interno de derivados do cacau e conquista criativa de novos mercados.

Entre os pontos de maior preocupação está o reexame do PROCACAU, os rumos da industrialização do produto, os aspectos econômicos da cultura do cacau, as pesquisas e a atuação da CEPLAC.

Na primeira reunião, realizada em Itabuna, no día 07 de janeiro, surgiram amplos debates comparando os estímulos existentes anteriormente com os atuais, chegando-se à conclusão de que a diferença é muito significativa, sendo que o próprio custeio teve juros majorados, pondo os cacauicultores em dificuldades.



Carlos Raimundo Baiard, vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia e membro da CT do Cacau

Muitas barreiras ao desenvolvimento da cultura do cacau podem ser encontradas, a exemplo, nos altos preços dos insumos, na elevação das taxas e da mão-de-obra.

Formou-se um grupo de trabalho para analisar o problema dos subsídios à indústria semi-processadora de cacau.

A Comissão Técnica de Cacau tem como Presidente, Vice-Presidente e Secretário, os Senhores Olimpio Baldoino da Costa Vargens, Everton Almeida e Carlos Elysio Adami Góes de Araújo.



Olimpio Baldolno da Costa Vargens, presidente da CT do Cacau

ECONOMIA RURAL

Ao instalar-se a Comissão Técnica de Economia Rural, focalizou-se a séria preocupação da Sociedade Nacional de Agricultura em contribuir para o melhor encaminhamento de soluções para o problema da prosperidade e o bom uso das terras brasileiras, em sua atividade econômica.

Na verdade, para que se alcance, no Brasil, o nível ótimo da boa utilização social da terra, é necessário que se conheça previamente a realidade agrária nacional, sua estrutura fundiária, a distribuição regional da propriedade desde os latifúndios aos minifúndios, com a sua boa, razoável ou má utilização, tipos de solo, topografia e clima, cobertura vegetal, produto a ser cultivado, sua possibilidade de comercialização interna e externa, técnica de cultivo e produtividade real e possível.

Ao se encarar o ano de 1980, foi ele considerado como um ano de adaptação a novas regras do jogo econômico. Principalmente, tendo-se em vista a elevação da taxa de juros do crédito rural e a redução substancial dos subsídios governamentais existentes na realidade brasileira.

No caso da agricultura, no entanto, é preciso que a redução dos subsídios seja acompanhada de medidas compensatórias, destinadas a manter uma rentabilidade adequada na atividade agrícola, condição indispensável à continuidade da prioridade que o governo resolveu conferir ao setor.

A alta substancial das taxas de juros do crédito rural, por exemplo, acarretará não só um aumento dos custos de produção mas, também, uma elevação



Francelino Bastos França, presidente da CT de Cafeicultura



Hélio de Almeida Brum, Presidente da CT de Economia Rural

do risco financeiro associado à produção agrícola, o que exigirá modificações nas políticas de preços mínimos e de seguro rural. A política de preços mínimos, sobretudo, precisa transformar-se em instrumento efetivo de amortecimento das fortes flutuações de preços que caracterizam os mercados agrícolas, graças à constituição de estoques reguladores que permitam garantir uma renda adequada aos produtores, principalmente aos que se dedicam às lavouras de abastecimento interno.

A credibilidade na prioridade conferida pelo governo depende, portanto, de um íntimo acompanhamento no campo da pródução agrária com as medidas anunciadas recentemente pelas autoridades econômicas. É mistér pois a ampliação do diálogo entre os setores responsáveis pela economia agrícola e os produtores rurais.

A Comissão Técnica de Economia Rural tem, como Presidente, Vice-Presidente e Secretário, Hélio de Almeida Brum, José Celso de Macedo Soares Guimarães e Tito Bruno Bandeira Riff.

CAFEICULTURA

Um dos assuntos discutidos, em reunião dirigida por Francelino Bastos França, presidente da Comissão, foi o problema dos cafeicultores fluminenses, que não podem operar junto ao Banco do Brasil, por motivos relacionados com a erradicação do café, em

O Instituto Brasileiro de Café delegou à antiga ACAR/RJ e ao Banco do Estado do Rio de Janeiro poderes para decidir sobre a erradicação. Coube à ACAR/RJ a parte técnica e ao Baneri a financeira. A contagem foi efetuada por área, na base de 5.000 pés de café por alqueire. Quando os cafeicultores já haviam recebido a primeira parcela do financiamento — a 2ª seria destinada ao plantio de outras culturas e a 3ª para capina — houve modificação na diretoria do IBC, que achou por

bem fazer uma recontagem, constatando grande diferença. Acontece que, no Estado do Rio de Janeiro, o plantio do café por hectare é de 1.200 covas, enquanto em São Paulo é de apenas 738 covas por hectare.

Dessa forma, o IBC, além de encaminhar listagem ao Banco do Brasil, pedindo corte de crédito desses cafeicultores (aproximadamente 1.300), moveu processo exigindo devolução da parte excedente do financiamento.

Considerando que as exigências foram cumpridas posteriormente e que já se passaram quase quatorze anos, a Comissão Técnica de Cafeicultura pede que o referido Instituto entre em contato com o Banco do Brasil, autorizando-o a operar com esses produtores que estão até hoje com a linha de crédito cortada.

O potencial amazônico

Carlos E. A. Goes de Araujo (*)

INTRODUÇÃO

A região amazônica, até meados da década de 60, era praticamente desconhecida. Todavia, em face de diversos programas de reconhecimento, notadamente o de pesquisa geológica e o de levantamento dos recursos hidráulicos, foi possível proceder a uma avaliação das riquezas naturais da região.

Tal avaliação, embora preliminar, já permite caracterizar a Amazônia como uma das regiões mais ricas do país.

De fato, o rio Amazonas e seus afluentes formam a maior bacia hidrográfica do globo, representando excepcional potencial hidrelétrico. Entretanto, o seu aproveitamento exige a construção de barragens de grande porte com elevados investimentos.

Por esta razão, todo este potencial, hoje avaliado em cerca de 70 mil MW, permaneceu até há poucos anos praticamente inexplorado, contrastando com a escassez de energia observada em âmbito mundial, notadamente nos países industrializados.

As pesquisas geológicas foram coroadas de êxito com a descoberta, até o momento, de depósitos de manganês, níquel, cobre com ouro associado, bauxita e ouro, além das jazidas de ferro descobertas em 1967, na serra de Carajás.

Na região de Paragominas, também no Estado do Pará, os trabalhos de pesquisas geológicas de diversas empresas resultaram na descoberta de amplas reservas de bauxita metalúrgica de alto teor.

A INFRA-ESTRUTURA

A contrapartida amazônica chama-se infra-estrutura. Mais de um projeto ali já afundou devido a problemas decorrentes da inexistência de infra-estrutura, basicamente associada ao que se convencionou designar como o "fator

amazônico", ou seja, uma conjugação de condições climáticas adversas, deficiência de mão-de-obra local, enormes distâncias, etc.

Os problemas de infra-estrutura são, realmente, os grandes obstáculos da Amazônia. O "fator amazônico" está sendo, porém, pouco a pouco desmis-

tificado, embora seja obrigado reconhecer que, em algumas microregiões, ele venha a corresponder à própria lenda.

As atividades ligadas à pesquisa geológica desenvolvida na região da Amazônia, a implantação do Projeto Ferro Carajás, bem como as obras de construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, serviram para demonstrar que as condições desta região nada têm do "fantasma amazônico".

Ao contrário, o custo efetivo dos projetos e atividades acima mencionadas vem sendo substancialmente mais modesto do que a princípio estimado e o acúmulo de experiência já adquirida na região serve para demonstrar que os empreendimentos a ser implantados deverão beneficiar-se de sensíveis reduções em seus custos.

Além disto, é importante notar que a Amazônia começa a receber maciços investimentos em infra-estrutura, notadamente:

FERROVIA — Com extensão de 890 km, ligando a Serra dos Carajás à cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

PORTOS MARITIMOS — Itaqui: porto comercial em operação, apto a operar navios de até 60 mil DWT.

Ponta da Madeira: terminal graneleiro em construção, apto a operar com navios de até 280 mil DWT, localizado em São Luís.

PORTO FLUVIAL — Em Barcarena, Estado do Pará, apto a operar navios de 50/60 mil DWT.

Em Tucuruí, Estado do Pará, apto a operar barcaças e empurradores.

ENERGIA ELÉTRICA — Construção da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, a qual receberá em sua primeira fase 12 geradores de 330 MW (aproximadamente 4 mil MW).

HIDROVIA — A construção de eclusas em Tucuruí permitirá a navegação fluvial no médio Tocantins, gerando nova opção para escoamento da produção interiorana.

Este trecho navegável será significativamente ampliado após a construção de outras usinas hidrelétricas a montante já projetadas, nos rios Araguaia e Tocantins (Santa Isabel, Santo Antonio e Carolina).

Desta forma, a equação de logística global seria solucionada com base em três sistemas interligados, ferrovia e hidrovia, que se interligam com a rede rodoviária já existente.

Ademais, em face dos problemas relativos ao custo de energia, insumo cada vez mais escasso, acentua-se paralelamente a oportunidade de transformação das matérias-primas junto às fontes produtoras que possam dispor de recursos energéticos a custo competitivo. Destacando-se, assim, na região, 7 núcleos básicos de vocação econômica-minero-agroindustrial, a saber:

São Luis

O terminal da ferrovia do Projeto Ferro Carajás, bem como as instalações portuárias prevista neste empreendimento, estão localizados em São Luiz, Além disso, há um porto comercial em operação e condições naturais para a implantação de outros terminais portuários de águas profundas na mesma área.

A macroárea de São Luís reúne, portanto, condições adequadas para o manuseio de grandes tonelagens a custo competitivo, credenciando-a para a implantação de grandes complexos industriais, tais como: usina de semi-acabados de aço, de sinterização, de coque e de alumina/alumínio e beneficiamento de produtos agro-pecuários oriundos dos vales do Mearim - Grajaú - Pindare e demais regiões do Estado.

Barcarena/Belém

Barcarena está às margens do rio Pará, nas proximidades da cidade de Belém, e foi o local selecionado para implantação dos projetos ALUNORTE-ALBRÁS, para produção de alumina e alumínio e com condições para receber qualquer empreendimento industrial que utilize insumos amazônicos.

Além disso, Barcarena será o terminal de hidrovia Araguaia — Tocantins e ponto de transbordo para a capotagem e navegação trans-oceânica.

Paragominas

Em face das grandes reservas de bauxita de alto teor já identificados e sua situação próxima a Tucuruí, Paragominas atrairá, sem dúvida, grandes investimentos para produção de alumina/ alumínio, além de sua natural vocação para a agropecuária.



Vista aérea da Serra de Carajás

Tucuruí

Localizada junto à hidrelétrica de Tucuruí e tendo fácil escoamento pela hidrovia Araguaia — Tocantins, Tucuruí tem amplas possibilidades para atrair investimentos, visando à produção de gusa, à base de baixo-forno elétrico de redução, e de ferro-esponja.

Carajás

A existência de grandes reservas minerais na Serra dos Carajás fazem desta área local obrigatório para a implantação de importantes complexos de mineração de ferro, cobre, manganês, níquel, etc. Em face da infra-estrutura prevista, admite-se verticalização de alguns destes empreendimentos.

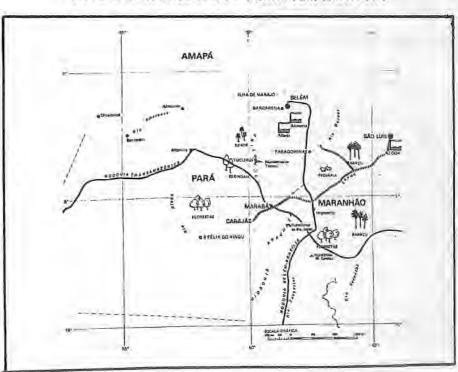
Marabá

Marabá será o ponto de convergência dos sistemas ferroviário, hidroviário e rodoviário da Amazônia e situando-se no centro de gravidade de uma região de aptidão florestal e agropecuária, torna-se, assim, ideal para o início do desenvolvimento da produção de gusa via alto-forno a carvão vegetal, que poderá ser expandida ao longo da ferrovia do Projeto Ferro Carajás.

São Félix do Xingu

A existência, em suas proximidades, de jazidas de cassiterita, ora em fase adiantada de pesquisa geológica, faz da região de São Félix do Xingu local indicado para a produção de concentrado de estanho.

SISTEMAS INTERLIGADOS FERROVIA/HIDROVIA

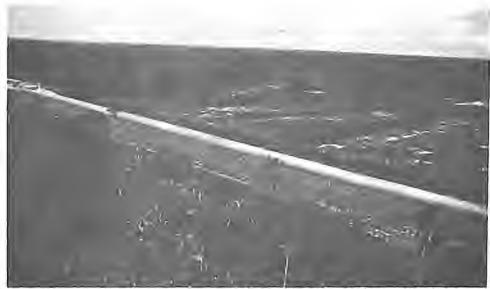


POTENCIAL HIDROELÉTRICO

A súbita valorização de todas as formas de energia como conseqüência da crise energética deu um novo destaque ao potencial hidrelétrico da bacia amazônica, que constitui um dos maiores blocos de energia renovável, não explorado, ainda existente no mundo,

Nesta região encontra-se a bacia de Tocantins — Araguaia, com um potencial de energia firme estimado em 13 mil MW e também a bacia do Xingu, com mais de 9 mil MW. Estas duas bacias são responsáveis por mais de um quarto do potencial estimado de toda a bacia amazônica.

Detalhado no quadro a seguir:



A Ferrovia de Carajás favorecerá o incremento das atividades agropecuárias na região

RIO ARAGUAIA			
Couto Magalhães	108	220	Programada
Barra do Peixe	159	280	Inventariada
Santa Isabel	1.260	1.761	Inventariada
RIO TOCANTINS			
São Félix	648	1,325	Programada
Peixe	590	1,104	Programada
Carolina	1.143	2.227	Inventariada
Santo Antônio	970	1.370	Inventariada
Tucurul *	2.100	3,990	Em construção
RIO XINGU			
Kararaô	4.030	8,102	Inventariada
Babaquara	2.930	5,938	Inventariada
ріхипа	1.060	2,272	Inventariada
Yokraimoro	860	1.889	Inventariada
Jarina	240	556	Inventariada
Iriri	380	867	Inventariada

[•] Considerada somente a 1º casa de força

POTENCIAL FLORESTAL

A Amazônia caracteriza-se por sua exuberante cobertura florestal com um elevado potencial madeireiro. Considerando-se apenas o sul do Estado do Pará e parte do Maranhã, o potencial madeireiro encontra-se indicado na tabela ao lado.

Entretanto, a exploração desta riqueza encontra rígidas limitações impostas pela Legislação Florestal do Brasil, que visa reservar o equilíbrio ecológico da região.

Desta forma, a obtenção de madeira deverá ser baseada em projetos de reflorestamento, aproveitando as excepcionais condições edafo-cilmáticas da região, para o plantio de essências de rápido crescimento.

POTENCIALIDADES TERRITORIAL

A Amazônia, não obstante as riquezas naturais que possui, caracteriza-se por extensas áreas atualmente sem qualquer aproveitamento econômico ou com exploração incipiente.

Estas áreas possuem condições edafoclimáticas adequadas às atividades agropecuárias e de reflorestamento e já começam a atrair empreendimentos nestes setores, notadamente na bovino cultura de corte.

A ferrovia do Projeto Ferro Carajás, a hidrovia do Araguaia — Tocantins, a hidrelétrica de Tucuruí, em implanta-

POTENCIAL FLORESTAL

FORMAÇÕES FLORESTAIS	ÁREA OCUPADA	POTENCIAL EXISTENTE		
(ECOSSISTEMAS/AMBIENTAIS)	10 ³ ha	MÉDIO m³/ha	TOTAL 106 m ³	
Floresta Densa / Decidual	15 000	192	2 880	
Floresta Aberta / Secundária	10 800	111	1 203	
Floresta Mista / Contato	3 400	88	300	
Cerrado / Cerradão	3 500	54	190	
Babaçu	8 500		-	
TOTAL	41 200	5-2	4 573	

FONTE: PROJETO RADAM BRASIL

ção, e as rodovias Belém — Brasília e Transamazônica, já implantadas, criarão condições favoráveis para o incremento destas atividades mediante, principalmente, a mobilização de extensas áreas não exploradas.

Assim, através do estudo de cerca de 700 mil km², foi selecionada uma área de aproximadamente 400 mil km² estrategicamente localizada em relação à ferrovia do Projeto Ferro Carajás e à hidrovia do Araguaia — Tocantins e com condições favoráveis às atividades agropecuárias e de reflorestamento. O conjunto destas áreas foi denominado área potencial.

Numa primeira etapa admite-se mobilizar cerca de 123 mil km², que se denominou Região Programa, assim caracterizada:

População

Baixa densidade populacional de 0,02 hab./km² a 19 hab./km².

Estrutura Fundiária Predominância de latifundios.

Solos e Relevos

Predominância de solos com aptidão para agricultura mecanizada ou semimecanizada, exigindo emprego de fertilizantes e corretivos em quantidades moderadas.

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

A partir dos recursos naturais já indicados, as oportunidades foram classificadas em 4 segmentos, resultando em investimentos potenciais da ordem de US\$ 36.400 milhões, capazes de gerar receitas de cerca de US\$ 14.600 milhões/ano, conforme indicado na tabela abaixo.

- aproveitamento integrado das riquezas naturais;
- fabricação de vasta gama de produtos, da matéria-prima ao produto final:
- emprego intensivo de insumos e recursos locais, particularmente os energéticos;
- diluição dos vultosos investimentos em infra-estrutura;
- manutenção do equilíbrio ecológico da região;

POTENCIAL DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA ORIENTAL US\$ 106

SEGMENTOS	INVESTIMENTO DIRETO (A)	RECEITA ANUAL (B)	RELAÇÃO A/B
Mínero-metalúrgico	28 130	9 180	3,1
Reflorestamento	1 360	620	3,1 2,2
Agricultura	5 180	4 090	1,3 2,5
Pecuária	1 730	700	2,5
TOTAL	36 400	14 590	2,5

O potencial econômico da região, entretanto, transcende estes empreendimentos, não obstante a magnitude dos mesmos, e permite identificar várias outras oportunidades de investimentos, fundamentadas nas seguintes premissas: bem-estar social das populações regionais.

SEGMENTO MINERO METALÚRGICO

Grandes projetos encontram-se em implantação na Amazônia Oriental, destacando-se:

Mineração Rio do Norte

Exportação de 3,4 milhões t/ano de bauxita (em operação).

CVRD - Ferro Carajás

Produção de 35 milhões t/ano de minério de ferro.

ALUNORTE

Produção de 800 mil t/ano de alumina.

ALBRÁS

Produção de 320 mil t/ano de alumínio.

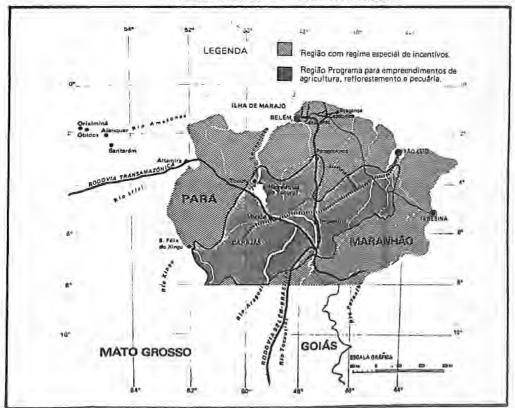
ALCOA

Produção de 500 mil t/ano de alumina e 100 mil t/ano de alumínio, primeira fase de um projeto cujo objetivo final será produzir 2.000 mil t/ano de alumina e 400 mil t/ano de alumínio.

SEGMENTO REFLORESTAMENTO

A implantação de projetos metalúrgicos à base de carvão vegetal deverá gerar uma demande anual deste combustível/redutor da ordem de 25 milhões de metros cúbicos.

POTENCIALIDADE TERRITORIAL



A fim de atender a esta demanda, preservando as condições ecológicas regionais, impõem-se a exploração racional das florestas existentes e o plantio de florestas "industriais" através do reflorestamento com espécies de rápido crescimento, adequadas à fabricação de carvão.

Nesse sentido, deve ser realizado um amplo programa de pesquisas visando determinar as essências florestais que melhor se adaptem às condições locais. Antecipando-se a esta necessidade, empresas e órgãos locais vêm de iniciar estudos com a cooperação de entidades nacionais e estrangeiras, especializadas nos problemas da região equatorial.

Uma alternativa para complementar as necessidades de redutor é o suprimento através do aproveitamento do babaçu. Porém, a economicidade do seu emprego, para produção de carvão vegetal em larga escala, depende do equacionamento de várias atividades, notadamente as relacionadas com a coleta e o transporte de cocos.

Entretanto, tendo em vista o potencial de produção estimado em 12 milhões t/ano de cocos, em todos os Estados onde se verifica a ocorrência natural desta palmeira (Pará, Maranhão, Piauí e Goiás), empresas estão iniciando estudos e pesquisas visando ao seu aproveitamento industrial em larga escala.

INVESTIMENTO E RECEITA — Os investimentos necessários à implantação dos projetos florestais (aquisição e incorporação de áreas, reflorestamento, exploração florestal e carvoejamento) são estimados em cerca de US\$ 1,360 milhões, gerando receitas anuais da ordem de US\$ 620 milhões, provenientes da venda do carvão.

SEGMENTO AGRICULTURA

As condições edafo-climáticas de extensas áreas da Região-Programa apresentam-se favoráveis às seguintes culturas:

grãos (soja, sorgo, milho, arroz e feijão) mandioca seringueira

energéticas (cana-de-açúcar e mandioca)

A agricultura atualmente praticada na Região-Programa é rudimentar e apresenta baixos índices de produtividade. Entretanto, em face das condições favoráveis, pode-se admitir melhoria substancial da produção mediante o emprego de técnicas adequadas a cada cultura.

A implantação de projetos agrícolas de grande porte está sendo precedida de pesquisas e experimentações no campo, visando determinar as variedades potencialmente aptas às condições regionais.

Apesar da inexistência de resultados definitivos que possam fundamentar a introdução das culturas de soja, do sorgo e também do milho, em bases competitivas para colocação no mercado internacional, tais culturas foram consideradas. Admite-se, assim, que as experiências que vêm sendo realizadas possam identificar variedades e tipos genéticos que assegurem o seu êxito. Além destas, foram também incluídas as culturas de arroz e feijão, já tradicionais na região. Considerou-se ainda

a substituição dos seringais nativos que vêm sendo explorados na Amazônia, constitui outra oportunidade econômica a ser implantada na Região-Programa

Ressalte-se que a tecnologia para plantio de seringueiras, em larga escala, já desenvolvida na Malásia, vem sendo aplicada na Amazônia e no Estado da Bahia.

A cana-de-açúcar e a mandioca, para fins energéticos, também foram consideradas, vez que a região possui condições favoráveis ao seu plantio em larga escala.

De fato, tais culturas poderão suprir destilarias para produção de álcool, contribuindo para atenuar os efeitos da demanda energética, via recursos renováveis, seja em âmbito regional e até mesmo nacional.

TABELA 3
SEGMENTO AGRICULTURA PROJETOS POTENCIAIS

PROJETO	Área Ocupada (1) 10 ³ ha	Produção 10 ³ t	Investimento Direto US\$10 ⁶ (A)	Receita Anual US\$ 10 ⁶ (B)	Relação A / B
GRÃOS	1 830	3 430	890	930	1,0
Arroz Soja Milho Sorgo Feijão	500 360 520 300 150	1 100 650 885 660 135		458 188 112 88 84	
"Pellet" de Mandioca	180	1 050	114	163	0,7
Borracha Natural	300	900	401	1 157	0,3
Energético (Álcool)	2 400	5,4 (2)	3 775	1 840	2,0
TOTAL	4 710	_	5 180	4 090	1,3

- (1) Exclusive áreas de preservação florestal.
- (2) 10⁹ litros.

o plantio de mandioca para produção de "pellets", empregados na alimentação animal, e a produção de amido usado como floculante na indústria de alumínio.

A oportunidade do plantio racional da seringueira na Amazônia foi reforçada após a crise energética que provocou aumento significativo no preço da borracha sintética, derivada do petróleo, que foi acompanhado pelo aumento, também sensível, no preço do produto natural.

Assim sendo, o cultivo racional da seringueira, promovendo gradativamente

Outras culturas trópico-equatoriais que poderão aumentar as fronteiras agrícolas da região, como, por exemplo, o babaçu e o dendê, também poderiam ter sido incluídas.

As culturas consideradas ocuparão 4,7 milhões de hectares que, acrescidos da reserva florestal prevista na Legislação Brasileira, atingem 7,1 milhões de hectares e correspondem a 58% da área da Região-Programa.

INVESTIMENTO E RECEITA — A incorporação de cerca de 7,1 milhões de hectares para projetos agrícolas envol-

ve investimento da ordem de US\$ 5.180 milhões e resultará em receita estimada em US\$ 4.090 milhões anuais, quando for atingida a plena capacidade produtiva desta área, conforme apresentado na Tabela 3.

SEGMENTO PECUÁRIA

As condições ecológicas da Região-Programa apresentam-se bastante favoráveis para as atividades pecuárias, sobretudo no que se refere à bovinocultura de corte, atividade que já vem sendo desenvolvida na região.

Do ponto de vista da constituição genética, os rebanhos atualmente existentes na Região-Programa são formados de animais azebuados, resultantes de cruzamentos desordenados das diferentes raças indianas com outros tipos existentes na região, ainda que se observe atualmente algumas raças melhoradas.

Na última década, observou-se principalmente no Estado do Pará a implementação substancial das fronteiras da pecuária bovina de corte. Pecuaristas tradicionais e diversas empresas industriais do Centro-Sul do País deslocaram-se para novas regiões deste Estado, atraídos pelos incentivos governamentais, qualidade e baixo preço das terras. Este fenômeno de imigração teve como resultado a implantação de grandes polos pecuários, notadamente no Vale do Araguaia — Tocantins, na região de Marabá, Paragominas e Imperatriz.

A exploração da bovinocultura nas fazendas implantadas, ainda que conduzida de forma extensiva, tem alcançado razoável nível tecnológico. A introdução de rebanhos puros ou melhorados, a formação de pastagens consorciadas e a adoção do sistema adequado de defesa animal possibilitaram atingir elevados índices zootécnicos e aumento da taxa de desfrute.

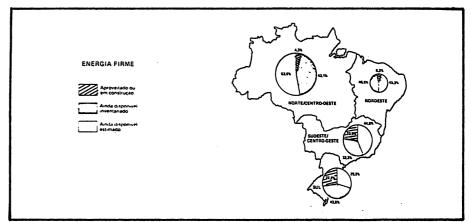
Esta atividade deverá contar com a industrialização do produto "in loco", sendo sua comercialização destinada ao mercado externo e ao abastecimento das populações regionais carentes de proteína animal.

INVESTIMENTO E RECEITA — Os investimentos relativos à implantação de uma fazenda-módulo são estimados em US\$ 5.770 mil, perfazendo um total de US\$ 1.730 milhões para os 300 módulos que compõem o programa. As receitas são estimadas em US\$ 2,3 milhões resultantes da venda de 1.300 toneladas por ano de carne produzida em cada fazenda-módulo, totalizando 400 mil toneladas e receita da ordem de US\$ 700 milhões para todo o programa.

a mobilização econômica das riquezas da Amazônia encontra momento oportuno vez que, em decorrência da crise energética mundial, alguns países produtores perderão competitividade, abrindo lacunas de oferta no mercado internacional; e

Além disso, as grandes extensões territoriais existentes, que poderão ser mobilizadas em larga escala para produção de alimentos e para fins energéticos carvão vegetal e álcool), também não encontram paralelo em qualquer outra região do globo.

O desenvolvimento resultante da implantação dos projetos aqui delineados será o embrião de atividades complementares a ser futuramente localizadas



CONCLUSÕES

Neste contexto macroeconômico, as oportunidades de investimentos permite formular as seguintes conclusões:

é possível um desenvolvimento racional da Amazônia, mediante sua transformação em zona altamente produtiva de matérias-primas básicas, produtos semi-acabados e acabados e, ainda, produtos agropecuários, para o consumo interno e exportação dos excedentes; na Amazônia; tais atividades contribuirão ainda mais para o desenvolvimento regional e para a economia de regiões vizinhas com o Nordeste.

Neste contexto, o Brasil apresenta amplas possibilidades de conquistar fatias crescentes do mercado internacional de produtos básicos e acabados, servindo ainda de um grande celeiro para alimentar as populações carentes de proteínas.

(*) Diretor da SNA

POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO BRASIL

ENERGIA FIRME

CAPACIDADE INSTALADA

	Valores em milhares de MW médios				Em GW em 31.12.79			
REGIÃO	Aproveitado ou em Construção	Ainda disponível			Aproveitado	Ainda dis	ponível	Total
		Inventáriado	Estimado	Total	iotai	TOTAL	ou em Construção	Inventariado
Norte / Centro-Oeste Nordeste Sudeste / Centro-Oeste Sul	2,1 3,3 11,9 6,8	20,8 3,4 8,6 10,1	26,5 0,6 6,1 6,3	49,4 7,3 26,6 23,2	4,1 8,3 24,8 13,3	40,7 6,0 17,9 16,5	53,0 1,2 13,5 13,7	97,8 15,5 56,2 43,5
TOTAL	24,1	42,9	39,5	106,5	50,5	81,1	81,4	213,0

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Rio de Janeiro

RESENDE

De 27 a 30 de setembro de 80 realizou-se a XVI Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

BOVINOS

O principal destaque na Raça Holandesa Preta e Branca foi o touro Bond Heaven Prestige Atom, que consagrou-se Grande Campeão e Campeão Sênior. O animal da Fazenda Vargem Alegre é de propriedade do Comendador João Silva. A melhor fêmea da raça foi Hawthorne Ned Shamorock, da Fazenda São Sebastião — Lavrinhas — SP, que conseguiu os títulos de Grande Campeã e Campeã Sênior. A propriedade é de Valmir Spinelli de Oliveira e Irmãos.

Na Raça Holandesa variedade Vermelha e Branca, o Grande Campeão e Campeão Sênior foi o touro São Nicolau Quebracho Vicfrank, e a Grande Campeã e Campeã Sênior PON foi São Nicolau Belle Du Jour III Cit., ambos de propriedade de Valmir Spinelli de Oliveira de Oliveira e Irmãos.

O vencedor da Raça Santa Gertrudis foi Namorado — Grande Campeão e Campeão Júnior e a fêmea Luxuria foi premiada Grande Campeã e Campeã Bezerra, os animais são da Fazenda Aliança — Resende — RJ, do proprietário André Francisco Whately Fortes. Foram destaques ainda, o Chianino Herculano do Arapeí — 19 prêmio e Campeão Sênior, de propriedade de José Antonio de Paula Machado Libanio, da Fazenda Monte Alegre — Bananal — SP e o touro Barduk Eeral da Indiomar — Grande Campeão e Campeão Sênior da raça Nelore, proprietário André Francisco Whately Forte, da Fazenda Aliança — Resende — RJ.

EQUINOS

Os animais premiados na Raça Mangalarga Machador, foram Boêmio da Panrilhas — Campeão Cavalo e Grande Campeão, de propriedade de João Batista de Oliveira Filho, da Fazenda Pinhal — Resende — RJ, e Paloma da Pindaituba — Campeã Égua e Grande Campeã, proprietário José Mendonça Carraro, Fazenda Cachoeirinha — Barra do Piraí — RJ.

Tostão da Raimart, da Fazenda Segredo — Volta Redonda — RJ, de propriedade de Ariete Resende de Carvalho, ficou com o título de Campeão Cavalo da Raça Piquira.

BOND HEAVEN PRETIGE ATOM recebeu o preêmio de Grande Campeão e Campeão Sênior da raça, na Exposição de Resende



CAMBUCI

A l Exposição Agropecuária e Industrial de Cambuci foi realizada no período de 1 a 5 de outubro, em Cambuci, Estado do Rio de Janeiro.

A Sociedade Nacional de Agricultura, presente ao evento, premiou com o Troféu SNA, Nelson Bairral Falante, proprietário da vaca Badalada, Campeã Leiteira da Exposição com 104, 160 kg. O Troféu foi entregue pelo Prefeito de Cambuci, Agnaldo Peres Melo.



Agnaldo Peres Melo, prefeito de Cambuci, entregou o Troféu SNA

Os demais premiados são os sequintes:

BOVINOS

RAÇA HOLANDESA PRETA E BRANCA

SANTA HELENA NHANDÚ FER-NANDO EMPEROR — Grande Campeão PON — Campeão Sênior — Fazenda Boa Vista — Santo Antonio de Pádua — RJ — Prop. João Carlos Barcelos Moreno.

RAÇA GUZERÁ

UIRAPURÚ JA — Grande Campeão e Campeão Touro Jovem — Fazenda Canaã — Cantagalo — RJ — Prop. Allyrio Jordão de Abreu. NATUREZA JA — Grande Campeã e Campeã Vaca Jovem — Fazenda Experimental de Italva — Campos — RJ. Prop. SIAGRO — RIO.

RAÇA NELORE

CHARGE — Grande Campeão e Campeão Sênior — Usina Portela — Itaocara — RJ — Prop. Alberto Laranja. CALEDONIA — Grande Campeã e Campeã Vaca Jovem — do mesmo Proprietário.

RAÇA MARCHIGIANA

ESPLODENTE DA SANTANA – Campeão Touro Jovem – Fazenda Taquarussu – Campos – RJ – Prop. Antonio Evaldo Inojosa de Andrade.

EQUINOS

RACA CAMPOLINA

QUARTEIRÃO DE PASSA TEMPO — Grande Campeão e Campeão Cavalo-Haras Linhares — Linhares — ES — Prop. Moisés Veiga.

A. H. CRISTINA — Grande Campeã e Campeã Égua — Fazenda São Pedro — Campos — RJ — Prop. Severino Veloso de Carvalho Neto,

RAÇA MANGALARGA MACHADOR

C. A. GAULÊS — Grande Campeão e Campeão Cavalo-Fazenda Quartéis Cambucí — RJ — Prop. Danilo Daibes Pereira.

LENDA DE BELA VISTA — Grande Campeã e Campeã Sênior — Fazenda Bela Vista — Itaperuna — RJ — Prop. Enio, Guaraná e Ivan Boechat Mury.

RAÇA PIQUIRA

CHOPINHO DE SÃO PEDRO — Campeão Cavalo — Fazenda São Pedro — Campos — RJ — Prop. Severino Veloso de Carvalho Neto.

Agroexpo-81

A AGROEXPO — Feira Internacional e Agropecuária e de Indústrias Afins, acontece a cada 2 anos, desde 1977, sob os auspícios do Ministério da Agricultura da Colombia e organizada pela Corporação Colombiana de Feiras e Exposições — CORFERIAS.

A AGROEXPO 81, no terceiro ano de realização, está marcada para o período de 16 a 26 de julho, em Bogotá — Colombia.

O evento oferece a oportunidade de troca de informações e experiências no que tange o desenvolvimento tecnológico dos setores agrícola e pecuário. Mais de 20 países, entre eles o Brasil, estarão exibindo descobertas nos campos da produção, fertilizantes, produtos veterinários, técnicas de procriação, equipamentos hidráulicos, entre outras novidades da área.



Vista geral do última AGROEXPO, realizada em 1977



No Salão Avícola há exposição de novas tecnologias em equipamentos para produção de ovos, de laboratórios veterinários, entre outras descobertas do setor



O Salão de Alimentos é reservado para mostra de novos processos de produção, sistemas de embalagem e conservação de produtos alimentares, além de outras novidades da área

Calendário 1981

ALAGOAS

XXXI Exposição de Animais e Produtos Derivados

Maceió — 20 de novembro a 17 de dezembro.

X Exposição de Gado Leiteiro Batalha - 15 a 19 de outubro

X Exposição de Bovinos e Caprinos Palmeira dos Índios — 02 a 19 de novembro

MARANHÃO

XXVII Exposição Agropecuária São Luiz — 18 a 25 de outubro

V Exposição Agropecuária Balsas — 14 a 21 de junho

XIII Exposição Agropecuária Carolina — 28 de junho a 15 de julho Imperatriz — 05 a 12 de julho Pinheiro — 06 a 13 de setembro

IV Exposição Agropecuária Grajaú — 19 a 26 de julho

XVI Exposição Agropecuária Bacabal — 09 a 16 de agosto Codó — 16 a 23 de agosto

I Feira de Ovinos e Caprinos Caxias — 02 a 04 de outubro S. J. Patos — 09 a 11 de outubro

II Feira de Ovinos e CaprinosChapadinha — 25 a 27 de setembro

PARÁ

XVI Exposição Agropecuária do Pará e XVI Feira Estadual de Animais Belém — 25 de outubro a 01 de novembro

I Exposição Feira Agropecuária Alenquer — 03 a 10 de junho

Il Exposição Feira Agropecuária do Médio Amazonas

Oriximiná – 14 a 21 de junho

X Exposição Feira Agropecuária Marabá — 05 a 12 de julho

III Exposição Feira Agropecuária Conceição do Araguaia — 19 a 26 de julho

V Exposição Feira Agropecuária Altamira — 02 a 09 de agosto

XV Exposição Feira Agropecuária Paragominas — 16 a 23 de agosto

XXIII Exposição Feira Agropecuária Castanhal — 13 a 20 de setembro

XXIV Exposição Feira do Arquipélago do Marajó

Soure — 29 de setembro a 04 de outubro

PARANÁ

XXVIII Exposição Agrícola Uraí — 14 a 15 de junho

XXXVII Exposição Agrícola Assaí — 28 a 29 de junho

XXIII Exposição Agrícola Londrina — 04 a 05 de julho

I Feira do Cavalo Ponta Grossa — 15 a 16 de agosto

II EXPOESTE (Exposição-Feira e Leilões)

Cruz D'Oeste — 22 a 30 de agosto

X Exposição-Feira Agropecuária e Industrial

Clevelândia — 19 a 27 de setembro

II Exposição-Feira Agropecuária e Industrial

Campo Mourão - 03 a 11 de outubro

XII Exposição Nacional An. Produtos Derivados

Piraquara — 10 a 18 de outubro

XVI Exposição Agrícola Arapongas — 17 a 18 de outubro

II Exposição-Feira de Reprodutores Suínos e II Expomed Medianeira — 22 a 27 de outubro

XI Exposição-Feira Agropecuária e Industrial

Ponta Grossa — 07 a 15 de novembro

II Exposição Agropecuária e Industrial Cascavel — 13 a 24 de novembro

II Feira Agropecuária e Industrial (FAIL)

Lapa - 21 a 22 de novembro

XVIII Exposição Agrícola
Rolândia — 27 a 28 de novembro

I Feira de Reprodutores Suínos Chopezinho — 05 a 06 de dezembro

VI Exposição-Feira Agropecuária e Industrial

Francisco Beltrão — 07 a 14 de dezembro

RIO DE JANEIRO

VII Exposição Estadual de Agropecuária e Abastecimento

Cordeiro - 04 a 12 de julho

XXXIX Exposição Agropecuária de Cordeiro

Cordeiro - 04 a 12 de julho

XXXIII Exposição Agropecuária e Industrial do Sul Fluminense
Barra do Piraí — 22 a 25 de julho

XXII Exposição Agropecuária do Norte Fluminense Campos — 02 a 09 de agosto XVIII Exposição Agropecuária e Industrial de Itaperuna

Itaperuna - 07 a 10 de maio

XIV Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Resende Resende — 26 a 29 de setembro

SÃO PAULO

Exposição Estadual de Gado Leiteiro e Cavalo das Raças Alienígenas São Paulo — 13 a 21 de junho

Exposição Estadual de Gado de Corte São Paulo — 15 a 23 de agosto

III Exposição Estadual de Pequenos e Médios Animais

São Paulo - 12 a 20 de setembro

VI Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados e XVI Exposição Agropecuária e Industrial da Zona Bragantina

Bragança Paulista — 25 de abril a 3 de maio

VII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados de Marília e XV Feira Agropecuária e Industrial — FAPI

Ourinhos - 16 a 24 de maio

VIII Exposição Regional Agrícola e XXIV Exposição Agrícola de Presidente Prudente

Presidente Prudente – 26 a 28 de junho

VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados da Divisão Regional Agrícola de Araçatuba e XXII Exposição de Animais de Araçatuba Araçatuba — 27 de junho a 5 de julho

VI Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados da Divisão Regional Agrícola de Campinas e VIII Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial

São João da Boa Vista — 5 a 12 de iulho

VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados e XVI Exposição Agropecuária e Industrial de Itapetininga

Itapetininga — 1 a 9 de agosto

VII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados e XVIII Exposição de Animais de Presidente Prudente Presidente Prudente — 4 a 14 de setembro

VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados do Vale do Paraíba

Guaratinguetá – 12 a 20 de setembro

VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados e XXI Exposição de Animais de São José do Rio Preto São José do Rio Preto — 11 a 18 de outubro

VII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados

Bauru - 7 a 15 de novembro

Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

MANTIDA E ADMINISTRADA PELA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CURSOS REGULARES DE:

APICULTURA – SUINOCULTURA – AVICULTURA – MELHORAMENTO GENÉTICO PRAGAS E DOENÇAS DE PLANTAS CULTIVADAS – HORTALICICULTURA CUNICULTURA – ASPECTOS DA REPRODUÇÃO DE CAPRINOS – CRIAÇÃO DE CÂES – ADMINISTRAÇÃO RURAL – FRUTICULTURA – EQUINOCULTURA OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS – OFICINA RURAL – PARASITOS, CONTROLE E PROFILAXIA – FLORICULTURA – ALIMENTAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS – REFLORESTAMENTO – MULTIPLICAÇÃO VEGETAL – MELHORAMENTO DE BOVINOS DE CORTE – CONSERVAÇÃO DO SOLO E ADUBAÇÃO PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO – INSTALAÇÕES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS ETIMOLOGIA PRÁTICA – JARDINAGEM PRÁTICA.

AVENIDA BRASIL, 9.727 - TEL. (021) 260-2633 - PENHA - RIO DE JANEIRO

Nem todos os seus problemas são de LUBRIFICAÇÃO... Mas <u>este</u> a PETROBRAS resolve.

LUBRAX MD-300 e MD-400

Um problema a menos para você.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ITERPA

ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS CONCORRÊNCIA 001/81 AVISO DE EDITAL

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, constituída pela Portaria nº 000620/80, de 25/11/80, do Sr. Presidente do ITERPA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 24.397, de 27/11/80, avisa aos interessados que, de acordo com as normas fixadas no Edital de Concorrência nº 01/81, publicado no Diário Oficial do Estado de 23/02/81, estará recebendo até às 18 (dezoito) horas do dia 23/04/81, propostas para aquisição de lotes de terras devolutas de domínio do Estado, sob jurisdição do ITERPA, situados no Município de Altamira, que serão alienados a pessoas físicas ou jurídicas, com a finalidade de implantação de projetos agrícolas.

A aquisição de pastas, bem como a entrega das propostas, poderão ser efetuadas diretamente na sede do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ — ITERPA, Rua Farias de Brito nº 56 — CEP 66000 — BELÉM-PARÁ, ou através das seguintes agências do BANCO DO ESTADO DO PARÁ — BANPARÁ: Abaetetuba (PA), Ananindeua (PA), Barcarena (PA), Belém-Centro (PA), Bragança (PA), Brasília (DF), Breves (PA), Capitão Poço (PA), Castanhal (PA), Conceição do Araguaia (PA), Manaus (AM), Marabá (PA), Maracanã (PA), Óbidos (PA), Paragominas (PA), Rio de Janeiro (RJ), Santarém (PA), São Paulo (SP), Tucurui (PA).

Belém (PA), 24 de fevereiro de 1981.

ANTONIO SOUZA TRÉVIA Presidente - CLTP

VISTO: HÉLIO JESUS FONSECA Presidente

ASPECTO GERAIS

Localização:

A área objeto da Concorrência 01/81 está localizada no centro-sul do Estado do Pará, Município de Altamira, abrangendo 380.100 hectares.

Relevo:

Caracteriza-se por uma superfície de aplainamento que se encontra dissecada, apresentando descontínuos residuais de uma superfície mais alta, elaborados em rochas pré-cambrianas. Às margens do Rio IRIRI observa-se estreita faixa de planície fluvial do quaternário recente.

O solo predominante é o podzólico vermelho-amarelo, com textura de média a argilosa, de fácil utilização, respondendo bem aos cultivos racionais.

Vegetação:

A vegetação predominante é de floresta aberta e nas áreas de várzea aparece a Floresta Densa Aluvial.

Clima:

O clima é do tipo AW (Koopen) clima Tropical - característico por apresentar Indice pluviométrico anual relativamente elevado, com período de estiagem bem definido.

Hidrografia:

A rede hidrográfica destaca-se como via de escoamento da produção. Na época da estiagem os rios apresentam restrições de navegabilidade. Nas cheias tornam-se plenamente navegáveis.

O Rio IRIRI e seus afluentes constituem a bacia hidrográfica da área.

Agricultura:

As condições ecológicas da área favorecem o desenvolvimento das culturas do ciclo curto, médio e de ciclo longo.

Faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema adaptado às condicões edafoclimáticas reinantes e que assegurem uma proteção ambiental sem prejuízo das condições físicas e químicas do solo.

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

- I Durante 60 dias, contados da publicação do Edital de Concorrência nº 01/81 no Diário Oficial do Estado, cuja data está prevista para 23/02/81, serão recebidas propostas para aquisição de lotes de terras devolutas do domínio do Estado sob a jurisdição do ITERPA, situados no Município de Altamira, que serão alienados a pessoas físicas ou jurídicas com a finalidade específica de implantação de projetos agrícolas:
- II Os pedidos de pastas contendo informações poderão ser feitos pelo correio mediante cheque comprado em nome do INSTITUTO DE TERRAS

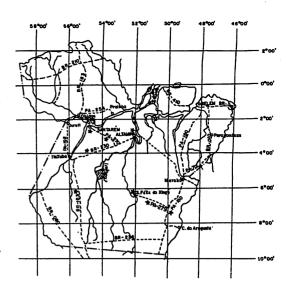
LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO ALTAMIRA II NO ESTADO DO PARÁ

- RODOVIA BR-230 TRANS-AMAZÔNICA RODOVIA BR-163 SANTA-RÉM—CUIABÁ RODOVIA PA-370

- RODOVIA PA-370 RODOVIA PA-179 RODOVIA PA-150 SANTARÉM ALTAMIRA SÃO FÉLIX DO XINGÚ

LOCALIZAÇÃO

Na Micro-Região 15 (Xingu), no município de ALTAMIRA à margem direita do rio IRIRI, compreendido pelos meridianos 53º 00' WGr. e 55º 00' WGr e os paralelos 4º 30' Sul e 5º 30' Sul



DO PARÁ - ITERPA, ou nas agências do BANCO DO ESTADO DO PARÁ — BAN-PARÁ, ao preço de Cr\$ 300.00 (Trezentos cruzeiros). Cada pasta contém: Planta do Loteamento, indicação do preço do lote, guia para recolhimento de caução de participação, modelo de anteprojeto de aproveitamento agrícola e os critérios de julgamento.

- III Os modelos constantes do manual devem ser preenchidos corretamente, de acordo com as instruções:
- Para efeito de inscrição é indispensável o recolhimento junto a qualquer Agência do BANPARÁ, do valor da caução constante do anexo I do manual, para o lote respectivo;
- V As propostas, deverão ser entregues nas Agências do BAN-PARÁ, em envelope próprio, devidamente fechado:
- VI Após a publicação dos resultados, os licitantes vencedores disporão do prazo de 30 dias para integralizarem o pagamento de 40% do valor ofertado ao lote, juntamente com 80% do valor da demarcação estimada para a área, calculado proporcionalmente ao custo total dos trabalhos:
- VII O pagamento dos 60% restantes do valor do lote será efetuado em 4 (quatro) parcelas iguais e semestrais, acrescidas de juros de 6% ao ano e correcão monetária;
- VIII Serão fornecidos Títulos Definitivos com Cláusula Resolutiva aos licitantes que efetuarem os pagamentos referentes aos 40% do valor do lote e 80% da demarcação;
 - IX Concluídos os trabalhos demarcatórios serão feitos os acertos contábeis em função das áreas efetivamente demarcadas;
 - As cauções dos licitantes perdedores serão devolvidas até

30 dias após a publicação dos resultados, via ordem de pagamento, através das agências bancárias onde foram efetuadas a entrega das propostas.

DOCUMENTOS EXIGIDOS DOS LICITANTES

Pessoa Física:

- prova de identidade:
- prova de quitação com o serviço militar;
- prova de atendimento às obrigacões eleitorais:
- inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Pessoa Jurídica:

- prova de existência legal da firma (contrato social ou estatuto);
- relação de diretores, sócios e gerentes, com respectivos documentos de identidade:
- registro da Junta Comercial;
- inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Ao licitante, quer Pessoa Física ou Jurídica, é exigida ainda a seguinte documentação complementar:

- certidão negativa dos Cartórios de Protestos e Distribuição da Comarca onde tenha domicílio, referente aos últimos 5 (cinco) anos, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da apresentação da proposta;
- atestado de idoneidade financeira fornecido por 2 (duas) entidades creditícias, sendo pelo menos uma delas oficial;
- prova de quitação do Imposto Territorial Rural (ITR) referente ao último exercício lançado, no caso do licitante ser proprietário rural;
- declaração firmada pelo licitante, informando não ter sido contemplado com a concessão, alienação ou regularização de terras públicas, a qualquer título, ou caso o tenha, registrando qual(is) a(s) área(s), município(s) de localização e respectiva unidade Federati-

Crise e ecodesenvolvimento rural (*)

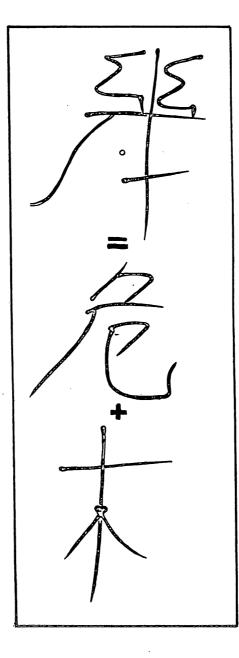
L. Rocha Neto (**)

Os milênios de sabedoria Chinesa conjugaram os ideogramas "Perigo" e "Oportunidade" para que resultassem no ideograma "Crise". Este trabalho tenta, despretenciosamente, tirar o caráter limitativo e imediatista de "crise", e analisar os seus componentes de igual peso — "perigo" e "oportunidade" — dentro do contexto rural, dando ênfase ao preparo de tecnologia e recursos humanos para a Amazônia.

CRISE

Em uma visão abrangente, uma crise no setor agrícola não é uma circunstância de caráter imediato e com ligações muito fortes ao chamado "crescimento" econômico. Na verdade, é o desdobramento de perigos e oportunidades, tendo ligações com variados aspectos do Desenvolvimento: Econômico, Político, Social, etc. Nesta linha de raciocínio, um esquema de "prioridade agrícola" merece ser estudado sob diferentes aspectos, já que pretende ser uma resposta a um desdobramento de circunstâncias que datam de épocas bastante remotas. Pode ser facilmente observado como, no esquema de prioridades do Brasil e dos demais países, marginalizou-se durante decênios as oportunidades de solução dos perigos da crise agrícola. Alguns aspectos podem ser destacados:

- 1. A falsa identificação do fenômeno Desenvolvimento com industrialização, que levou por sucessivas vezes o setor agrícola aos limites da exaustão, no financiamento da postura de substituição de importações.
- 2. O setor agrícola esteve muitas vezes carente de integração com o restante dos setores econômicos. As normas de desempenho dos variados setores estiveram pouco integradas com o desenvolvimento do setor agrícola.
- 3. O setor agrícola sofreu periodicamente pesadas quedas de aceleração com determinados tipos de intervenção governamental ou de subordinação ao desempenho esperado em outros setores.



- 4. O estudo da unidade de produção, de acordo com tipologia de produtos, critérios sociais ou critérios econômicos foi sempre postergado, bem como as medidas institucionais que objetivassem uma integração no sistema de posse, crédito, comercialização e serviços.
- 5. A organização do espaço rural nem sempre apresentou uma integração rural-urbana, o que concorreu para o descontrole do êxodo rural e para as limitações de uma localização de agroindústrias criteriosa.
- 6. A integração do setor agrícola à programação de nível global sempre apresentou deficiências, embora as intenções expressas e as experiências tenham sido constantes.
- 7. Preocupações de caráter ecológico estiveram praticamente ausentes. As medidas existentes apresentaram baixo teor de integração, abrangência e implementação.

PERIGO

O manejo de prioridades, prazos e eficiência - elementos essenciais do planejamento - não apresentam novidade para a milenar sabedoria Chinesa. "Oferecer um peixe", ou sanar de forma imediatista uma emergência da crise agrícola é menos eficiente, menos prioritário, que "ensinar a pescar", ou seja, difundir tecnologia, capacitar recursos humanos para a agricultura. Desta forma, pode-se relacionar dois grupos de fatores que, na história da agricultura de muitos países interagiram com os fatores do item "Crise", agravando-os de maneira intermitente. O primeiro grupo de fatores relaciona-se com a tecnologia e o segundo com recursos humanos, elementos da "felicidade permanente" do "ensinar a pesca" da sabedoria Chinesa.

 A automação foi monopolizada pela indústria. Foi esquecido que, na verdade, automação deve ser definida como um processo de substituição definitiva do "trabalho pelo conhecimento e concepção" em lugar do "trabalho pelas mãos humanas". A intervenção no comportamento biológico, por exemplo, é automação agrícola. No entanto, os investimentos neste aspecto, nos países não desenvolvidos, são extraordinariamente limitados. Por outro lado, estes países não desenvolvidos importam todo um arsenal industrial de agressão do meio ambiente, fazendo que se agrave mais o perigo em questão, já conjugado com elementos da crise.

2. Logo após a sua independência política, em épocas recentes, diversos países do III Mundo descobriram irônica situação: nos curricula de suas escolas superiores estudava-se espécimes da funa e flora da metrópole, sendo os elementos da flora e fauna do país ignorados. Procedimento idêntico ocorria em outras áreas de interesse do Desenvolvimento Rural, como a Economia, Sociologia, Ciência Política, etc. Naturalmente, países em etapas de desenvolvimento mais avançadas desconhecem situação tão irônica. Contudo, padecem com a presença de outro perigo, que é a falta de inter-disciplinaridade do ensino e da pesquisa agrícola. que vem colocando, em compartimentos estanques, os avanços das ciências naturais, aplicadas e sociais, em total detrimento do "saber agrícola".

OPORTUNIDADE

Para este elemento da "crise", de peso tão relevante como o elemento 'perigo", a milenar sabedoria Chinesa comenta ser "mais fácil acertar o que está por fazer que corrigir o que está feito". Pode-se observar que no item crise a problemática foi abordada de forma ampla, familiar às realidades agrícolas de diversos países. No item "Perigo" procurou-se evidenciar situações particulares dos países do III Mundo, e no presente item, Oportunidade, será abordada a realidade Amazônica. Por outro lado, a ênfase para o Ecodesenvolvimento foi gradual e neste item chega à sua plenitude. Com base nas observações anteriores, alguns elementos de um programa interdisciplinar, pesquisa, planejamento e capacitação, para a Região Amazônica pode ser proposto:

Aspectos Ambientais:

- Sistemas Ecológicos: existências interdependentes. Variáveis ecológicas em meio rural. Concentração, invasão, sucessão e dominância. Aglomeração Agrícola.
- Conceito ecológico de produtividade. Planejamento ecológico preventivo.
- Toxicologia.
- Relacionamento do bio-sistema: Ar/ Água/Terra.
- Qualidade da vida em ecossistemas.
- Biologia florestal.
- Infraestrutura de proteção do ecossistema.

Aspectos Econômicos:

- Uso de recursos naturais renováveis e não renováveis.
- Marketing de recursos materiais.
- Técnicas de programação setorial.
- Compătibilidade de Planos, Programas e Projetos.

- Consolidação do planejamento rural no planejamento global.
- O financiamento do setor agrícola.
- A atividade florestal no setor agrícola.
- Planejamento da infraestrutura econômica.

Aspectos Espaciais:

- Planejamento físico
- Relações urbano-rurais
- Estudos de localização
- Planejamento da infraestrutura de apoio às interligações

Aspectos Sociais:

- Estratificação rural
- Relações de trabalho
- Empresas rurais
- Cooperativas
- Qualidade de vida rural
- Planejamento de apoio de natureza social

Aspectos Jurídicos:

- Direito Agrário
- Aspectos ecológicos e econômico
- Planejamento da interação de dispositivos jurídicos

Aspectos de Tecnologia Aplicada:

- Engenharia Agronômica
- Uso de mão-de-obra intensiva e capital
- Insumos tecnológicos
- Pesquisa tecnológica

Aspectos Complementares:

- Hidrologia
- Pedologia
- Geologia
- Outras ciências correlatas

Aspectos de Setores Afins:

- Habitação
- Agroindústria
- Transportes
- Saneamento
- Corredores de exportação
- Segurança

Como pode ser facilmente compreendido, trata-se da proposição de um projeto de área studies, comuns nos países desenvolvidos, cujos produtos são os "Brazilianistas", "Germanistas", "Nepalistas", "Senegalistas", etc. A oportunidade que nos oferece a crise, conjugada com os perigos já examinados é a sistematização do conhecimento e da pesquisa interdisciplinares para a área Amazônica, ao nível de graduação universitária. Naturalmente, seria ele precedido de um módulo de embasamento em Matemática, História, Geografia, etc. Naturalmente, também, certas dificuldades burocráticas surgiriam, sendo a maior delas a diplomação para o exercício de uma profissão regulamentada. Como nos países desenvolvidos, esta dificuldade poderia ser sanada pela ênfase em uma área de concentração. Pode ser argumentado que tais experiências existem ao nível da pós-graduação, cujo desempenho tem tido bastante sucesso: algumas na região, como o Núcleo Altos Estados Amazônicos, outras promovidas por entidades de outras regiões, como a Escola Interamericana de Administracão Pública da Fundação Getúlio Vargas, além da extraordinária experiência dos campi avançados, do Ministério da Educação e Cultura. Contudo, os produtos finais destas experiências oferecem vantagens muitíssimo diversas de um programa de graduação, dentro do esquema dos área studies. O "Amazonista" - produto deste programa - teria uma postura acadêmica e prática profundamente interdisciplinar, e inteiramente voltada para a realidade Amazônica, em idade muito jovem e livre de outras formações.

Deve ser lembrado que "Crise" e seus componentes "Perigo" e "Oportunidade" formam um sistema extraordinariamente dinâmico. E pode ser. questionado: a tecnologia presente hoje na Amazônia pode ser toda ela elaborada com o Saber e os recursos nacionais? Quando a "crise", combinada com o "perigo" determinarem como "oportunidade" apenas soluções de alta sofisticação tecnológica e elevada soma de recursos, a "oportunidade" poderá ser ainda usada exclusivamente por brasileiros? E, finalmente, mas não em último lugar, a quem interessa a vitória de Pirro que os intervencionistas nos ecossistemas estão obtendo a curto prazo, e a vitória de Pirro que os preservacionistas podem obter a longo prazo, ambas em detrimento do Ecodesenvolvimento Nacional?

(*) NOTA DO AUTOR:

À MEMÓRIA DO MINISTRO JOÃO GON-ÇALVES DE SOUZA, SISTEMATIZADOR DAS CONVERGÊNCIAS DESENVOLVI-MENTO REGIONAL / PLANEJAMENTO RURAL / AMAZÔNIA, E À MEMÓRIA DO DR. FERNANDO DE OLIVEIRA, FALECIDO EM SERVIÇO DO PLANE-JAMENTO REGIONAL BRASILEIRO, COM OS QUAIS TANTO APRENDI EM CONVIVÊNCIA NO "PROJETO RECUR-SOS HUMANOS DA AMAZÔNIA", DO MINISTERIO EXTRAORDINÂRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS.

^(**) Luiz Rocha Neto é Diretor do IECO — Instituto de Ecologia e Ciências da Terra.

A cacauicultura na Amazônia é irreversível*

Em meados da próxima década, o Brasil terá se firmado definitivamente como primeiro produtor mundial de cacau, quando sua safra alcançará 700 mil toneladas. Nesse novo contexto, o papel da Região Amazônica será fundamental, pois, estará contribuindo com 27 por cento da produção nacional. A projeção, feita por técnicos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, tem como base as metas do Projeto Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional - Procacau -, cuja primeira avaliação está sendo concluída este ano. Os primeiros resultados indicam o êxito do programa e demonstram que a Amazônia já alcançou uma condição de irreversível polo cacaujcultor.

Embora originário da Amazônia, até há bem pouco tempo o cacau produzido na região só conseguiu participar com uma modesta contribuição de 1.5 por cento no volume total da producão nacional. Essa situação começou a se inverter com a chegada, há pouco mais de dez anos, dos primeiros técnicos da CEPLAC à região, que buscavam nos cacaueiros nativos espécies que, cruzadas com as conhecidas, originassem híbridos produtivamente mais

Mas os objetivos não ficaram limitados às pesquisas botânicas e logo se detectou áreas de solos excepcionalmente férteis que, aliados às melhores condições climáticas possíveis, ampliaram ainda mais as já promissoras perspectivas da cacaujcultura Amazônica, A criaello do Departamento Especial da Amazônia da CEPLAC, no final de 1976, e a aprovação do Procacau, no mesmo ano, foram os passos definitivos para a afirmação da cacauicultura na região.

PARTICIPAÇÃO ATUAL

Em 1985, a implantação dos 160 mil hectares de cacau previstos no Procacau estará concluida. Com isso, a participação da Amazônia na safra nacional terá dado um vertiginoso salto, que ganha ainda mais importância se considerarmos que um cacaueiro leva cerca de quatro anos para entrar em produção econômica.

De acordo com os dados obtidos com a primeira avaliação do Procacau. há atualmente 53 mil 983 hectares plantados nos diversos polos da região. Neles estão fixados 4 mil 937 cacaulcultores, dos quais 80 por cento são pequenos produtores. Segundo o Secretário-Geral da CEPLAC, José Haroldo Castro Vieira, os aspectos sociais têm norteado prioritariamente a atuação do órgão na Amazônia.

"Para se ter uma idéia - explica Castro Vieira - a média de área plantada por produtor é de 11 hectares. Isto pode parecer pouco, mas quando esse cacau estiver em plena produção, esses agricultores contarão com uma renda superior a Cr\$1 milhão brutos anualmente."

Além desse aspecto, há um outro, igualmente considerado de suma importância para Castro Vieira: "Até hoje, a cacauicultura já gerou cerca de 25 mil empregos fixos na região e, quando o Procacau estiver implanta-



Cacau: Originário da Região Amazônica

do, serão 76 mil a número de trabalhadores empregados nas lavouras dos polos da Amazônia".

DIVERSIFICAÇÃO

Em média, o produtor da Amazônia conta com módulos de terra de 100 hectares, a majoria integrantes dos projetos de colonização do INCRA. Apesar de ter na região sua atuação voltada exclusivamente para a cacauicultura, a CEPLAC preocupa-se em evitar que o produtor torne-se um monocultor.

E isso è possível na medida em que o agricultor dispõe de terras para outros cultivos. Assim, enquanto o cacau serve como sua principal sustentação econômica, o produtor passa igualmente a dispor de lavouras de subsistência, cujos excedentes podem também ser comercializados, gerando opções de fontes de renda e diminuindo os riscos, caso ocorra uma quebra na safra da

cultura principal.

Por estar, em sua quase totalidade, assentada em solos de alta fertilidade natural, a cacaulcultura da Região Amazônica conta com uma grande vantagem em relação a outros polos: a razoabilidade dos custos de produção. Esse fator traz um benefício a mais para o pequeno produtor, geralmente desprovido de recursos para sustentar a expansão de sua lavoura em terras que necessitam da utilização de adubos e outros insumos de custo muito elevado. Por isso, segundo a direção da CEPLAC na Amazônia, só se tem recomendado o plantio de cacau em terras consideradas propícias pelos seus técnicos.

AMPARO AO AGRICULTOR

Nas áreas ideais para a cacauicultura, a CEPLAC mantém, em pontos estratégicos, postos de revenda de materais agrícolas. Neles, o produtor encontra insumos e produtos destinados ao controle de pragas e doenças, vendidos a preco de custo.

O amparo ao produtor é executado graças a um bem montado esquema de extensão rural, que ultimamente vem introduzindo novas metodologias, objetivando a se obter o mesmo rendimento com uma maior racionalização do trabalho. O Diretor do Departamento Especial da Amazônia, Frederico Afonso, explica que a transferência das práticas e técnicas de cultivo, antes realizada diretamente nas fazendas pelos agrônomos e técnicos agrícolas dos diversos escritórios do orgão na região, está sendo atualmente feita por intermédio de assistência grupal, na qual se tem empregado as mais modernas técnicas de transmissão destes conhecimentos.



"A idéia de se fazer a assistência grupal — explica Frederico Afonso — surgiu da necessidade de se obter maior racionalização de recursos e combustível. As distâncias na Amazônia são muito grandes e, por isso, é muito mais produtivo se reunir em grupo de agricultores de determinada fazenda e transmitir-lhes as práticas de cultivo. Esse trabalho tem sido realizado por meio de palestras e demonstrações e os resultados têm sido bastante positivos."

UM POUCO DE HISTÓRIA

Entre 1678 e 1681 o Governo Colonial realizou um trabalho visando a encorajar os agricultores da Amazônia no plantio do cacau. Lavouras experimentais foram feitas nas proximidades de Belém e outras medidas tomadas para incentivar as exportações. Apesar da iniciativa não ter alcançado os objetivos desejados, em 1730 o cacau se tornara o principal produto de exportação da Amazônia, posição que ocuparia ajnda por mais um século.

... a região participará com 2,5% da produção nacional

Ao longo do tempo, a produção de cacau da região foi se estagnando e, por muitos anos, embora originário da Amazônia, o produto tinha seu cultivo quase que exclusivamente no sul baiano. Em meados da década de 50 viu-se a necessidade de recuperar a lavoura cacaueira daquela região, decadente em função do envelhecimento das plantações e falta de assistência técnica. Em 1957, o Governo Federal criou a CEPLAC.

O sucesso da iniciativa proporcionou ao País a solidificação do que hoje é um dos maiores centros de pesquisa e assistência técnica do mundo; permitiu que, com os resultados obtidos na Bahia, se pudesse trazer de volta o cacau às suas origens: às terras onde tem provado que pode se constituir num irreversível fator de riqueza para a região e para o Brasil.

O CACAU CONTINUARÁ NA AMAZÔNIA

A CEPLAC continuará a investir na Amazônia na implantação de 170 mil hectares de cacau, segundo as metas do PROCACAU. A Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, julgando o mérito, rejeitou, por 18 votos a 2, projeto de lei do Deputado Henrique Brito, que pretendia aplicação exclusiva na Bahia dos recursos da CEPLAC. A Comissão de Justiça já havia considerado a proposta "injurídica e inconstitucional". A Região Amazônica, berço do cacau, em 1981, irá participar com 2,5% da produção de cacau ou 10 mil ton.

^(*) CEPLAC — Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

FAZENDA CAPELA DE SÃO JUDAS TADEU



Proprietário: Engenheiro Agrônomo JOÃO BUCHAUL

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR LEITEIRO

Entre as Estações de Rio Dourado e Professor Souza Casimiro de Abreu — Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência:

Av. Quintino Bocaiúva, 365 - Apt? 304 - Praia de São Francisco - Niterói - RJ



BAMBOLÉ - Campeão em diversas exposições fluminenses e mineiras.

GIR LEITEIRO

O acasalamento de vacas mestiças com touros da raça GIR produz maior número de bezerros, possibilita maior lactação, o bezerro se contenta com menos leite e não há problemas de parto.

Além disso, todo criador experiente sabe que "campeiro não tira leite de vaca brava".

CONSULTE-NOS PARA UM BOM NEGÓCIO

TECNOLOGIA

Rizicultura na região Transamazônica

Eduardo Jorge M. Carvalho (*) João Roberto V. Correa

A Cultura do arroz de sequeiro, na região da Transamazônica, é largamente explorada nas diferentes unidades de solos existentes: Latossolo Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo e Terra Roxa Estruturada.

O sistema de produção adotado é bastante deficiente, concorrendo para que se obtenha um índice de produtividade inferior e não condinzente com o potencial da região. Os produtores utilizam sementes de baixa qualidade. A produtividade agrícola mêdia varia entre 1.000 kg/ha e 1.500 kg/ha.

Com o objetivo de oferecer à rizicultura da região Transamazônica cultívares de grande capacidade produtiva, dotadas de tolerância às doenças mais incidentes, às pragas e ao acamamento, foi executado um experimento, instalado nos Campos Experimentais do Km 23, Km 101, sentido Altamira / Itaituba e Km 35, sentido Altamira / Marabá, respectivamente nas seguintes unidades pedológicas: Podzólico Vermelho-Amarelo, Terra Roxa Estruturada e Latossolo Amarelo.

As sementes utilizadas nos experimentos procederam do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, à excessão das cultivares 'IAC-1246' e 'Bico Ganga', adquiridas na região.

Os experimentos foram instalados em área de mata, com preparo de solo manual, sem destocamento. Não foi efetuado nenhum tipo de adubação mineral. Aproveitaram-se a fertilidade natural do solo e os resíduos da queimada da vegetação.

Estudou-se o comportamento destas cultivares: IAC-25, IAC-47, IAC-164, IAC-165, IAC-1131, IAC-1246, IAC-5544, EEPG-169, EEPG-269, EEPG-369, EEPG-569, Amarelão, Bico Ganga, Fernandes, Iguapé Redondo e Pratão Precoce.

No experimento conduzido no Campo Experimental do Km 23, foi verificada uma tendência de maiores rendimentos em grãos (Tabela I) para as cultivares: IAC-5544, IAC-164, IAC-1131, EEPG-169, EEPG-569 e IAC-165.

Destacaram-se por apresentar maiores produções no Campo Experimental do Km 101 (Tabela I), as cultivares: IAC-5544, IAC-1131, Amarelão, Fernandes, IAC-47 e IAC-164.

O trabalho desenvolvido no Campo Experimental do Km 35 apresentou, nos resultados, perdas consideráveis na produção, em conseqüência de dois fatores: área mal queimada por ocasião do preparo do solo, e ataque severo de pássaros (Tabela I).



Arroz na Amazônia: Experimentos objetivam alta produtividade

Diante dos resultados referentes ao parâmetro produtividade, as cultivares IAC-5544, IAC-164, IAC-1131, IAC-47, Fernandes, IAC-165, destacaramse, e serão utilizadas em novas pesquisas, a fim de, a curto prazo, constituirem opções aos produtores rizicolas da região da Transamazônica, caso confirmem seus desempenhos.

TABELA I
Produtividade média de arroz, em kg/ha, obtidas pelas cultivares nos
Campos Experimentais da EMBRAPA na Transamazônica
UEPAE/ALTAMIRA, 1980

Cultivares	Campos Experimentais			Média
	Km 101	Km 23	Km 35	Geral
IAC-5544	3,540	3,350	945	2.612
IAC-164	3,020	2.570	1.360	2.317
IAC-1131	3.470	2.490	960	2.307
IAC-47	3.140	2,000	1.410	2.183
Fernandes	3,210	2.150	1.010	2.123
IAC-165	2.510	2,300	1,300	2.037
Iguape Redondo	2.960	2.000	910	1.957
EEPG-269	2.310	2.070	1.450	1.943
EEPG-569	2.030	2.340	1.350	1,907
IAC-1246	2.570	2,060	1.060	1.897
Amarelão	3,440	1.230	750	1.807
EEPG-169	1,600	2.400	1.280	1.760
EEPG-369	2.070	1.570	1.630	1.757
Pratão Precoce	2.680	1.520	950	1.717
Bico Ganga	2.700	1.690	530	1.640
IAC-25	2.070	1.390	1.000	1,487
Média Geral	2,708	2.071	1.118	1,966

^(*) Eng^Q Agr^Q Pesquisadores da EMBRAPA-UEPAE/ALTAMIRA.

Competição de cultivares de cana-de-açúcar (sccharum officinarum L.) na região da Transamazônica

Antonio Carlos P. N. da Rocha Luiz Sebastião Poltronieri Um fator de grande importância a ser levado em consideração pelos produtores de cana da região, é a seleção de material de plantio para os anos seguintes. Deverá ser proveniente de cana, planta bem desenvolvida, isenta de pragas, doenças e rachaduras, e ter idade de 10 a 12 meses.

 Eng9 Agr9 Pesquisadores da EMBRAPA-UEPAE/ALTAMIRA.

A cana-de-açúcar, uma gramínea pertencente ao gênero Saccharum, típica de clima tropical úmido, presta-se para cultivo na região amazônica.

A instalação de uma usina de produção de açúcar e álcool, na região da Transamazonica, despertou o interesse dos agricultores e ocasionou uma expansão da área de cultivo. O plantio generalizado, em larga escala, de cana, sempre multiplicada vegetativamente, com o correr dos anos de produção, acarretou problemas fitossanitários tão grandes que a produção das variedades introduzidas diminuiu a ponto de algumas serem eliminadas nos novos plantios. Faz-se necessária a introdução de novas cultivares adaptáveis às condições climáticas da região, resistentes às pragas e doenças e que atinjam um alto rendimento agroindustrial.

Foram instalados dois ensaios de competição de cultivares em solo de Terra Roxa Estruturada, na rodovia Transamazônica, trecho Altamira/Itaituba, com o objetivo de indicar as variedades de cana mais adaptadas às condições locais no que se refere ao rendimento agroindustrial.

Nos experimentos, foram utilizados as seguintes cultivares: NA 56-79, CB 47-355, CB 40-77, CB 41-76, CB 41-14, CB 40-69, CB 49-260, CB 53-98, CB 46-47, CO 413, CO 775, CP 51-22, IAC 51-205, IAC 52-326, IAC 51-134 e CO 740.

Os tratos culturais convencionais da cultura foram feitos em tempo preciso e apresentaram um bom desenvolvimento vegetativo, isento de pragas e doenças.

Foram feitas análises da Brix, Pol e Pureza, nas parcelas experimentais, colhidas em agosto e setembro de 1979 e levadas ao laboratório da usina "Abraham Lincoln" (Km 92). Tabela 1.

Pelos resultados conseguidos até o momento, as cultivares CB_46-47 e CB 47-355 foram as que apresentaram melhor rendimento em t/ha, embora a cultivar NA 56-79 tenha apresentado melhor teor de sacarose. Note-se que essa cultivar, a mais plantada região, ocupa 68,2% da área de produção.



A cana de acúcar pode ser cultivada na Amazônia com grande possibilidade de êxito

TABELA I

Resultados das análises obtidas de cana crua dos ensaios de competição (UEPAE/Altamira, 1980)

Variedades	t/ha	Brix	Pol	Pureza
01 - CB 46-47	150,11	20,72	17,64	85,13
02 - CB 47-355	140,0	19,82	16,88	85,16
03 - IAC 51-134	136,66	17,91	15,08	84,19
04 - CB 49-260	133,88	18,32	15,29	83,46
05 - CP 51-22	133,33	19,12	16,02	83,78
06 - IAC 51-205	131,66	19,91	14,11	83,44
07 - CO 775	130,55	18,32	16,01	87,44
08 - CB 53-98	119,44	19,82	16,64	83,95
09 - CB 40-69	117,22	18,72	15,74	84,08
10 - NA 56-79	116,66	21,22	18,80	88,59
11 - CB 41-76	112,22	19,52	16,88	86,47
12 - CO 413	107,77	17,41	14,31	12,19
13 - IAC 52-326	97,22	17,91	15,32	85,53
14 - CO 740	90,00	19,12	15,47	80,91
15 - CB 40-77	62,77	19,12	16,72	87,44
16 - CB 41-14	58,3	18,12	15,05	83,05

CCPL é leite,



A CCPL está crescendo, multiplicando suas fábricas e arregimentando mais e mais fornecedores de leite em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa área de quase 300 mil quilômetros quadrados.

Agora, são 32 mil produtores de leite, cujo trabalho diário,

desde a madrugada ao anoitecer — ininterrupto — é mais uma prova de raça e fibra do pecuarista brasileiro, acostumado a enfrentar tempo difícil e condições adversas, sem esmorecer. Este é o homem forte e destemido que, nestes 33 anos da CCPL pôde elevar o cooperativismo à condição de maior relevo do progresso industrial. Homens dedicados a produzir alimento de alta qualidade.

Alimento sadio das melhores bacias leiteiras do país. Mas a CCPL não pára na recepção do leite e sua industrialização.

Ela amplia suas pesquisas tecnológicas e diversifica seus produtos, todos saborosos e nutritivos; forma técnicos e preocupa-se com os rebanhos bovinos em sua área de ação, além de abrir estradas vicinais neste imenso território de meia centena de cooperativas regionais e catorze postos de recepção direta do leite.

leite é vida!



A receita de um bem sucedido projeto agro-pecuário na Amazônia

Este é o Brasil. País de clima tropical, abrangendo uma área total de 850,000.000 ha, dos quais 500.000.000 ha localizados na Amazônia legal. Essa imensa região, que representa cerca de 60% de toda a área do País, até 1966 subsistia, em grande parte, através de práticas extrativistas e de agricultura rudimentar.

A partir dessa época, a Amazônia vai deixando de ser considerada região problema, para, paulatinamente, ir se integrando aos processos produtivos do País, através do suprimento do mercado interno com matérias-primas e produtos industrializados regionais, além de exportações que contribuem para a melhoria da situação da balança de pagamentos.

Para esse salto na conquista desse extraordinário território fol de fundamental importância a política de incentivos fiscais, implantada a partir de 1966, sob os auspícios da Sudam.

É especificamente sobre um desses projetos, patrocinado pela Sudam e que contribuiram para o desenvolvimento da Amazônia legal, que focalizaremos o nosso interesse.

Trata-se do projeto agropecuário Suiá — Missú, localizado no Município de São Felix do Araguaia, a 570 km da cidade de Barra do Garças.

O início desse projeto foi no ano de 1966, a partir de uma área coberta pela floresta amazônica, numa extensão de 570.000 ha.

A partir de uma pequena clareira na mata e com a chegada dos primeiros ploneiros em lombo de burros, caminhando ao longo de mais de 100 km, por picadas que partiam do Rio Araguaia, foi iniciado um dos majores proletos agropecuários do mundo e que era impostado da seguinte maneira: da área total de 570.000 ha, foram destacados 217.000 ha, dos quais 108.000 ha seriam formados em pastagens, necessárias para suportar uma criação de gado que atingiria, no final, o número de 110,000 cabeças, e os restantes 108,000 ha seriam mantidos como reserva florestal (50%).

Fisicamente, a área do projeto deveria ser formada por 5 núcleos de 25, 22, 20, 20 e 21.000 ha, respectivamente. Cada núcleo deveria operar como uma grande fazenda, dividido em 4 ou 5 retiros, para maior facilidade de manejo e controle do gado.

As formações de pastagens eram executadas manualmente, a machado, e o plantio do capim colonião (panicum maximum) feito por mudas e igualmente por mãos humanas.

Os trabalhos eram difícies e onerosos, pois, todas as necessidades do projeto tinham que ser trazidas por barcos, atravês do Rio Araguaia e depois por terra, de São Felix até a Suiá — Missú, num percurso de 100 km por estradas rudimentares.

A dificuldade de acesso criou a necessidade da construção de 570 km de estrada através da floresta, desde a cidade de Barra do Garças até a Suiá — Missú.

Essa estrada, construída pela iniciativa particular, passou depois para o Governo como a BR 080, e foi o grande marco no desenvolvimento de toda a região, desde que possibilitou a instalação de inúmeros outros projetos nessa área. Pastos foram plantados, currais, cercas e moradias foram sendo construídos. E as primeiras cabeças de gado foram chegando.

Já em 1970 o projeto contava com 30,000 ha de pastos implantados e cerca de 30.000 cabeças bovinas. Foi nessa ocasião que o Grupo Liquifarm adquiriu o projeto do Grupo Ometto. Imediatamente todo o projeto foi reavaliado e reestruturado na sua concepção básica. Assim, os núcleos que operavam como grandes fazendas foram divididos em pequenas fazendas de 5.000 ha em média cada uma, num total final de 21 unidades operacionais.

Essas fazendas foram rebatizadas, recebendo nomes de A a V, para facilidade de assimilação. São elas: Aritana, Bororos, Cariri, Diacui, Embu, Farandu, Guaraju, Humaitá, Indiara, Jauna, Laualo, Maracá, Nanai, Oiti, Pamoá, Quaterá, Russani, Saruma, Tacará, Uruti, Vararé.

A divisão do projeto em pequenas fazendas com administração própria revelou-se como sistemática eficiente, permitindo melhores controles do rebanho, melhores índices de produção e custos, além da racionalização dos trabalhos de planificação, execução e administração de todo o complexo.

Fisicamente também os planos de estruturação das fazendas foram modificados e concebidos, basicamente, da seguinte forma:

- A área de floresta onde surgirá uma unidade operacional (fazenda) é inicialmente delimitada em 5.000 ha em média.
- Procede-se ao desbravamento por tratores de esteira tracionando pesados correntões.

Esse processo mecânico é multo mais eficiente que o sistema manual, porque os trabalhos são rápidos, bem feitos e o "standard" do terreno para a semeação do campim é muito melhor.



Vista aérea parcial do projeto

- Depois, executa-se o levantamento topográfico da área, cujos dados de localização de aguadas e topografia servirão para o projeto de montagem da fazenda.
- Em seguida procede-se ao semeio aéreo, espargindo sobre a área sementes selecionadas e de alto valor de germinação.
- Abre-se com máquinas um corredor central, de forma a permitir um amplo acesso à área.
- Todas as pastagens, em média com 250 ha cada, convergem para esse corredor, permitindo um fácil e eficiente manejo do gado.
- 7. A sede administrativa da fazenda, as moradias do pessoal e o curral são locados no centro da fazenda, de maneira que as distâncias entre os extremos da área não sejam superior a 5 km. Esse é um fator importante, pois, além de facilitar a supervisão das pastagens, via o corredor central, quando o gado precisa ser recolhido ao curral não sofre o "stress" das longas caminhadas.

com o gado, manutenção de pastagens, etc.

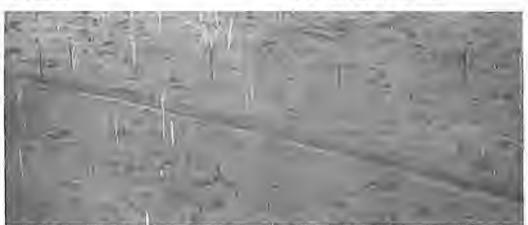
11. Cada fazenda é projetada, desde a derrubada da mata, montagem das estruturas até a fase operacional, visando sempre a racionalização dos trabalhos, custos de investimentos e custeio compatíveis com os índices paramétricos.

Alguns parâmetros são os seguintes:

— comparados aos valores atuais,
um hectare de pastagem desbravado,
formado, cercado e com a sua parcela
de estrutura básica como curral, moradias, galpões, etc. não pode exceder a
Cruzeiros 10.000,00.

Para se conseguir não ultrapassar esse índice, é preciso que todos os trabalhos de estruturação da fazenda, principalmente aqueles próprios de máquinas pesadas, sejam contratados a terceiros.

A administração paralela de uma estrutura composta por veículos e máquinas é totalmente diferenciada, desde o pessoal especializado até a legislação trabalhista que é diferente daquela aplicada a administração da atividade principal, ou seja, o gado.



O difícil acesso ao Suiá-Missú fez com que surgissem novas estradas

8. O administrador reside na fazenda, tem autonomia de administração e executa um programa anual, elaborado pela direção superior e com a sua participação nas discussões dos pontos básicos desse orçamento.

Esse programa prevê os dispêndios com custos de manutenção, investimentos e receitas de venda.

 O "staff" do administrador é composto por 5 vaqueiros, 1 cerqueiro, 1 carreiro e 2 serventes para trabalhos gerais.

Esse pessoal é suficiente para cuidar das 5,000 cabeças de gado da fazenda e de toda a sua estrutura.

10. O administrador se mantém em contato constante com a gerência local, através do rádio, além de receber periodicamente a visita do gerente e do pessoal técnico em sua fazenda, para verificação dos programas de *rabalho

O desvio de esforços do pessoal da fazenda para esse setor de estruturação básica, exige maior número de pessoal, acarreta maiores dificuldades no controle dos custos, grande imobilização em maquinário que se deprecia rapidamente, além do que essa prática sempre é ineficiente.

Inicialmente, o projeto contava com um grande parque de máquinas e as constantes análises dos custos revelaram a sua ineficiência. A medida corretiva tomada foi a desmobilização desse setor e a contratação de terceiros para os serviços dependentes de máquinas pesadas. Dessa forma foi possível manter os investimentos dentro dos custos pré-fixados no planejamento.

Quanto aos valores de custeío anual, indica-se como exemplo, que o custo pré-fixado por cabeça de gado em 1979 foi de Cr\$ 1.000,00.

As medidas de administração para que esse valor não seja superado são;

 análise mensal dos custos, comparando-se com os valores projetados e corrigindo-se as distorções.

 os gastos devem ser direcionados apenas para o estritamente essencial; coibir terminantemente o supérfluo.

 as instalações de uma fazenda, como currais; cercas, casas, etc. devem ser funcionais e construídas com material de grande durabilidade, pois a sua manutenção é computada como custeio, podendo alterar substancialmente os custos anuais da atividade.

– apesar de nos encontrarmos na era do jato, devido aos custos dos combustíveis, uma fazenda deve opcionar pela tração animal nos trabalhos internos de transporte. Assim, nessa fazenda de 5.000 ha, um ou dois carros puxados por bois são suficientes para transportar o sal para o gado, materiais para consertos de cercas, etc.



Cada fazenda do Projeto possui em média 5.000 cabeças de gado

O administrador e vaqueiros devem utilizar o cavalo como meio de locomoção, reservando ao veículo automotor apenas os transportes de emergência e de prestação de socorro. Esse item é extremamente importante na contenção e estabilização dos custos.

O GADO

Cada fazenda possui em média 5.000 cabeças de gado, mantendo um suporte de 1 a 1,2 cabeças por hectare e completando todas as fases do criatório, ou seja:

- Fase de cria
 Fase de recria
 Fase de engorda
- Para se atingir até a fase final de engorda, é preciso que o rebanho se constitua de:

-	Vacas	30,0%
	Touros	1.8%
-	Bezerros	21,2%
-	Novilhas para reposição	23,0%
-	Garrotes para engorda	23,0%
-	Tourinhos para reposição	1,0%

Total 100.0%

O padrão racial do gado é predominantemente Nelore. Essa raça zebuina é rústica, extremamente adaptada ao meio e apresenta bons desempenhos produtivos.

Trata-se enfim da raça bovina talhada para viver nos trópicos, Permitimonos mesmo afirmar que, não fosse o zebú não seria possível a criação de gado bovino nesse nosso País tropical.

Nossos índices de produção não atingiram ainda os percentuais que préfixamos. Buscamos chegar a 85% de nascimentos de bezerros, e mortalidade máxima total de 3%. Para isso é necessário que os pontos básicos de criação de gado, quais sejam:

- alimentação
- manejo
- seleção

estejam bem relacionados entre si e perfeitamente manipulados pelo homem.

Nossos progressos são, felizmente, evidentes. As pastagens que fornecem a alimentação são objeto de permanentes cuidados. O manejo do gado sofre gradual e constante melhoria.

Para a seleção aplica-se hoje o sistema de julgamento para eficiência funcional do rebanho, método que permite, pela avaliação visual, identificar e descartar os animais que não apresentam eficiente nível de produtividade.

Nos últimos três anos os índices de produção foram:

	Nascimentos	Mortes (Geral)
1977	62,6%	4,12%
1978	63,8%	4,9%
1979	67,87%	3,7%



A divisão do Projeto em pequenas fazendas mostrou-se sistemática eficáz

Os bovinos são excelentes transformadores de forragem grosselra, que não são de utilidade para o homem, em carne, alimento útil e necessário para a vida humana.

Existem, entretanto, animais que são melhores transformadores que outros, ou ainda animais que ganham mais peso, engordam melhor, na mesma idade e recebendo o mesmo tipo de alimentação que outros.

Nossa seleção cuida também desse sentido, procurando obter animais precoces e com bom desenvolvimento ponderal.

Já temos conseguido que cerca de 30% dos bois Nelore sejam enviados ao abate com 32 a 33 meses de idade e peso de abate em torno de 285 kg ou 19 arrobas. O restante 70% dos bois Nelore são abatidos com 38 a 40 meses e peso entre 285 a 300 kg de carcaça (19 a 20 arrobas), desempenho excelente se comparado à média global do País:

- 50 a 60 meses de idade
- 210 a 240 kg / peso de carcaça (14 a 16 arrobas).

Procuramos ainda melhorar mais a produtividade dessa excelente raça Nelore, através de cruzamentos com uma raça europeia, a Marchigiana, Através de estudos realizados inicialmente na Fazenda Santa Cecilia, em Araçatuba (SP), obteve-se pelo cruzamento de animais 1/2 sangue Marchigiana/Nelore, com exemplares Nelore, produtos 1/4 de sangue Marchigiano e 3/4 Nelore. Esse cruzamento demonstrou que, na mesma idade, comparativamente ao Nelore, o peso de abate é superior em 22 a 30 kg em média.

Para se obter os reprodutores 1/2 sangue Marchigiana/Nelore, são fertilizadas em algumas fazendas do projeto cerca de 5,000 vacas Nelore, anualmente, através de processo de Inseminação Artificial, utilizando-se semen dos melhores reprodutores da raça Marchigiana.

PASTAGENS

A Amazônia era uma região praticamente desconhecida,

Os primeiros testes para a formação de pastagens demonstraram que o capim colonião se adaptava bem ao meio.

Entretanto, em virtude da prática necessária da queimada após a derrubada da mata, era preciso verificar quais os seus efeitos sobre a fertilidade do solo.

Era preciso estudar qual a melhor cobertura vegetal, quais as gramíneas mais adaptáveis, mais produtivas.

Após várias pesquisas, a variedade de gramínea Braquiaria Humidicola mostrou ser, para a região, bastante resistente, cobrindo bem o solo e oferecendo boa alimentação ao gado, além de que permite diminuição das roçadas, em virtude de seu "fechamento" que praticamente impossibilita o crescimento de ervas daninhas.

Já estamos plantando a Braquiaria Humidicola e podemos afirmar que, na região de São Félix do Araguaia, as fazendas podem ser formadas por cerca de 60 a 70% com essa gramínea, que se destinará às fases de cria e recria, e o restante pelo campim colonião, que servirá para a engorda. Pensamos ainda, com relação as pastagens, em destinar 20% da receita global de todas as fazendas, para adubações químicas, visando o incremento da fertilidade do solo,

APOIO SOCIAL

Um dos objetivos do projeto foi a valorização do homem que trabalha, proporcionando-lhe condições de vida digana e adequada. Assim, as escolas de 1º grau, atualmente em número de três, foram melhoradas, professores foram contratados, de maneira que a educação fosse acessível não só aos funcionários do projeto, como também aos filhos de moradores vizinhos.

Todas as crianças recebem uniformes, material e merenda escolar.

Foi construído um hospital que conta hoje com dois médicos e um cirurgião dentista, para atendimento dos funcionários, tanto do projeto Suiá — Missú, como os das fazendas existentes ao redor.

Para o lazer, conta-se com um clube gerido pelos próprios funcionários, e pelo qual eles têm à disposição quadra de futebol de salão, campo de futebol, sede social com jogos, música, etc.

Podemos afirmar com tranquillidade que os funcionários apreciam o seu trabalho e o seu local de vida.

^(*) Grupo Liquifarm.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Sylvia Maria da França

ALGODÃO

PASSOS, S. M. de G. *Algodão*. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1977, 424 p.

Trata da cultura do algodão no Brasil, especialmente do tipo herbáceo, cultivado no Estado de São Paulo.

Faz um estudo da origem do algodão e a evolução do plantio no mundo, desde os tempos anteriores à era cristã, até os nossos dias.

Mostra o desenvolvimento da cotonicultura no Brasil e os cuidados que se deve tomar quanto à escolha do solo, a fim de se obter melhor rendimento de qualidade e tornar rentáveis as plantações.

Esclarece as necessidades fertilizantes que têm de ser adicionadas ao solo para o aumento de produção, bem como os métodos preventivos com uso de inseticidas e defensivos agrícolas, no combate de pragas e insetos que atacam as plantações.

Apresenta as doenças que ocorrem no algodoeiro, segundo os agentes causadores, que podem ser fungos, bactérias, vírus ou outros elementos patogênicos.

Cuida, ainda, da parte relativa da classificação da fibra do algodão, das máquinas de beneficiamento e da forma de comercialização, inclusive exportação e aproveitamento de subprodutos

Possui, no final, bibliografia sobre o assunto e (ndice remissivo do tema enfocado.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

BRASIL. Leis, decretos, etc. Legislação de conservação da natureza. 2 ed. Coletânea organizada por David F. Cavalcanti. Rio de Janeiro, FBCN, 1978. 334 p.

Trata de uma coleção de legislação temática, principalmente no campo da conservação da natureza, a partir de 1934.

Abrange leis, decretos-lei e decretos, permitindo um estudo histórico, cronológico e comparativo da legislação, durante quatro décadas em que o país sofreu substancial transformação.

Mostra que nos últimos anos houve, por parte do governo, grande interesse pela preservação da natureza, o que se reflete na legislação mais recente, como no Código Penal e nos projetos de lei do Código Civil e das Contravenções Penais em tramitação no Congresso Nacional.

Esclarece que o método seguido foi o da cronologia dos respectivos atos, independentemente de sua natureza, como se pode verificar no índice do início da obra.

Possui, no final, um índice remissivo e textos dos projetos de lei do Código Civil e da lei de Contravenções Penais sobre o tema enfocado.

CONTABILIDADE AGRÍCOLA

ALUE, A. & VALLE, F. Contabilidade agrícola. 7 ed. rev. e atual. São Paulo, Atlas, 1979. 251 p.

Mostra a necessidade dos lavradores de manterem a escrituração agrícola regular, pois, só assim, poderão ter uma orientação segura acerca da marcha de seus negócios.

Trata da contabilidade agrícola, definindo conceitos aplicáveis nas empresas que se dedicam à agricultura, organizando-as administrativamente, com registro e controle na gestão econômica do seu patrimônio.

Esclarece as vantagens da escrituração contábil, uma vez que a reforma agrária favorece com menor taxa de imposto territorial rural os lavradores que mantém escrituração.

Dá a maneira pela qual se calcula o patrimônio agrícola e a aplicação de capitais e bens econômicos à disposição da empresa, a fim de obter financiamentos.

Aplica normas de contabilidade nas atividades agrícolas, especialmente no que se refere à apuração dos resultados com os balanços para apuração dos lucros ou prejuízos financeiros do exercício.

Possui dois apêndices, o primeiro sobre as atividades agrícolas e pastoris de pessoas físicas e com vistas a atender a necessidade de declaração de rendimentos, e o segundo sobre a terminologia agropecuária.

FITOPATOLOGIA

FONTE, J. J. de. *Fitopatologia;* princípios e aplicações. 2 ed. rev. São Paulo, Nobel, 1980. 250 p.

Estuda as doenças das plantas em sua causa, caracterização, evolução e controle.

Mostra as várias fases que compõem o estudo das doenças em vegetais, ocupando-se das diversas enfermidades tomadas isoladamente ou agrupadas segundo a natureza, ou de conformidade com a planta envolvida; a parte geral estuda os conceitos e técnicas, além dos fundamentos comuns à generalidade das fitomoléstias.

Enumera as principais moléstias que afetam as plantas, os agentes causadores e os danos da planta, ainda que de pouca evidência e insignificantes, do ponto de vista econômico.

Esclarece a maneira do combate, as pragas e doenças e a forma de controlá-las, com medidas por erradicação, proteção, ou através de imunização adquirida ou genética.

Dá os diversos métodos de tratamento com a aplicação de produtos químicos, por fumigação ou via úmida ou seca.

Possui, no final, uma bibliografia sobre o assunto.

ENDEREÇO DAS EDITORAS EM REFERÊNCIA NESTA EDIÇÃO

Editora Atlas S.A. Rua Helvétia, 574/578 Caixa Postal 7186 01.215 - São Paulo - SP

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza Rua Miranda Valverde, 103 22,281 - Rio de Janeiro - RJ

Instituto Campineiro de Ensino Agrícola Rua Coronel Quirino, 545 13.100 - Campinas - SP

Livraria Nobel S. A. Rua Maria Antonia, 108 Caixa Postal 2373 01.222 - São Paulo - SP

Colabore para o maior enriquecimento da Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, ofertando-nos livros ou folhetos que tratem de assuntos agronômicos e técnicas agrícolas, os quais serão divulgados nesta seção.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura é depositéria da FAO, franqueada ao público no horário das 8:00 às 17:00 horas.

NOTICIÁRIO DAS EMPRESAS

MOTORES A BIOGÁS

VACINA CONTRA FEBRE AFTOSA

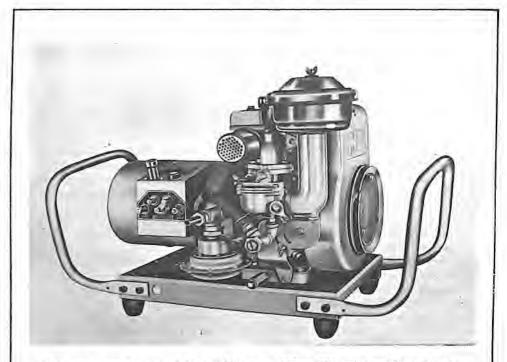
A Rhodia-Merieux iniciou novo investimento em suas unidades industriais para a fabricação de vacina contra a febre aftosa, com imunidade para seis meses.

A vacina teve sua eficiência tecnicamente comprovada, encontrando-se em fase de registro. O início da comercialização deverá ocorrer em meados de 1981.

A Onan-Montgomery do Brasil coloca à disposição do mercado brasileiro seus motores movidos a biogás.

A empresa acredita que o biogás é a independência energética da agricultura, uma vez que todos os usuários no meio rural, através dele, terão à sua disposição a luz, a água e a ração, produzidos por conjuntos geradores, motobombas e máquinas agrícolas, acionadas por motores a biogás.

Os modelos "Montgomery" deverão situar-se em torno de 5% acima dos similares a gasolina. Maiores informações poderão ser obtidas na Onan-Montgomery do Brasil S/A — Av. Presidente Wilson, 4589 - 04220 - São Paulo.



Conjunto gerador de eletricidade 2500 watts, 110 ou 220 volts, movido a Biogás



Aspecto da CONEXPO de 1975, realizada em Chicago

CONEXPO 1981

De 25 a 30 de janeiro foi realizada em Houston, Estados Unidos, a CO-NEXPO 1981. Realizada a cada 6 anos, a CONEXPO é a maior e mais completa mostra de equipamentos utilizados na construção de rodovias, aeroportos, barragens, usinas, habitações, indústrias, mineração, entre outros setores.

Cerca de 200 expositores vindos de diversos países exibiram cerca de 500 milhões de dólares em equipamentos para aproximadamente 130,000 visitantes provenientes de mais de 100 nacões.

A Caterpillar Brasil e seus revendedores organizaram uma grande caravana para visitar a exposição, além de suas fábricas naquele país.

PASSAT MOVIDO A ÕLEO DE AMENDOIM

O primeiro Passat com motor movido integralmente a óleo de amendoim, que vem sendo pesquisado pela Volkswagen do Brasil, completou 20.000 quilômetros de testes. Nesse período, o consumo médio no tráfego da cidade, estradas e na pista de provas da empresa, foi na ordem de 17 km/ litro, cerca de 15% menor em relação ao motor Diesel normal.

Os testes comprovaram ainda um aumento de torque e potência do motor em relação ao Diesel, da ordem de 20%. Assim, com um tanque de 45 litros, o VW Passat movido a óleo de amendoim comestível obteve uma autonomia de aproximadamente 810km, suficiente para cobrir a distância São Paulo — Rio, ida e volta, sem reabastecimento.

CNDA AMPLIA ÁREA INDUSTRIAL

A CNDA — Companhía Nacional de Defensivos Agrícolas adquiriu uma área de 170.000 m², adjacente ao seu parque industrial instalado no município gaúcho de Portão.

Com essa incorporação, a empresa passa a contar com uma área total de 250.000 m² e prepara-se para dar andamento aos projetos de ampliação de suas unidades de síntese e formulação de defensivos agrícolas.

PRÉMIO CONSELHEIRO JORGE DA CUNHA

O Conselho Federal de Química abriu as inscrições do Prêmio Conselheiro Jorge da Cunha, que para o ano de 1981 está estipulado em Cr\$ 400 mil.

A promoção visa estimular o desenvolvimento de trabalhos criativos no campo da química, orientados no sentido do melhor aproveitamento de matéria-prima nacional.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Empenhada em contribuir para o melhoramento do gado Nelore no Brasil, a Manah publicou e está distribuindo gratuitamente o folheto "Nelore — Boi Tropical", baseado na tese desenvolvida pelo Dr. Arthur da Silva Mariante, na Universidade da Flórida — EUA.

A publicação apresenta amplo estudo analítico da raça, inclusive com tabelas e gráficos e pode ser obtida à Av. do Anastácio, 740 - Parque São Domingos - Caixa Postal 11918 - CEP 05120 São Paulo - SP.

FORD TRATORES TREINA AGRICULTORES

Com o objetivo de suprir a carência de mão-de-obra capaz de operar a contento máquinas e implementos agrícolas, a Ford Tratores construiu, em 1976, um Centro de Treinamento em Tatuí-SP, com instalações adequadas para atender a todas as exigências de treinamento relacionados com os tratores Ford e os implementos Blue Line.

Após 4 anos de sua inauguração, 3 mil alunos, procedentes de todo o Brasil e de outros países, já freqüentaram as salas de aula do Centro. Além do ensinamento teórico, os alunos ainda utilizam tratores e implementos em operações práticas, nos 1.500,000 m² de terra reservados para esse fim, dentro de uma fazenda de 4.840.000 m²

O Centro também atua como uma espécie de laboratório de testes e experiências de quaisquer novos implementos, componentes e equipamentos desenvolvidos pela Ford Tratores.

FAZENDA DA VOLKSWAGEN PRODUZIRĂ NOVILHO PRECOCE

Instalações de engorda Feedlot, sofisticado sistema de confinamento já usado nos Estados Unidos para a produção de novilho precoce, mas ainda inédito no Brasil, deverão ser implantadas no sul do Pará pela Companhia Vale do Rio Cristalino. Isso será possível tão logo as experiências que a empresa realiza determinem a linhagem mais adequada à pecuária de corte em regiões de clima tropical.

No Feedlot, as pastagens recebem tratamento semelhante ao dispensado às áreas de cultivo de alimentos: totalmente mecanizadas, elas serão adubadas e irrigadas para garantir a alimentação do gado, baseada na silagem e na fenação e acrescida de complementos proteicos e energéticos.

Com esse sistema, será possível obter-se, em 20 meses, um animal de 500 quilos, peso só alcançado em prazo duas vezes superior na maloria das propriedades rurais brasileiras.

CARTAS

Crédito rural

A SNA remeteu a várias entidades Memorial resultante da Reunião de Emergência com Lideranças Rurais Brasileiras, que debateu a elevação das taxas de juros do crédito rural. Muitas manifestações de apoio e solidariedade nos foram encaminhadas. Selecionamos e transcrevemos a seguir algumas das apreciações.

"Tenho em mãos cópia do Memorial elaborado por ocasião da reunião de emergência, realizada no dia 11 de novembro passado.

A respeito do problema das taxas de juros do crédito rural e sobre a assistência à agropecuária em geral, pronunciei discurso na Câmara críticando a atuação do governo, no setor, o que vem causando sérios prejuízos àquela atividade".

Deputado Herbert Levy

"Agradecemos a distinção pela remessa do Memorial, resultado da reunião de emergência com as lideranças rurais convocada pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Após análise do documento em pauta, reconhecemos em princípio identidade dos pontos de vistas nele contidos, adiantando que já nos manifestamos a respeito, ensejando contribuir na defesa do interesse comum dos produtores rurais".

Carlos Lindenberg Filho Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

"Acusamos o recebimento do "Memorial sobre o Crédito Rural em Defesa da Manutenção de Taxas Subsidiárias.

Lendo e relendo tão importante documento, esta Federação apoia todo o referido documento, tendo em vista ser a agricultura a prioridade número um das atividades governamentais no exercício que se finda e no vindouro.

Toda reivindicação feita por essa Sociedade, em benefício do desenvolvimento agrário do país, terá o nosso total apoio".

Paulo Carneiro da Cunha Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Piaul

"Esta presidência se sente honrada com o envio do Memorial Sobre Crédito Rural, elaborado por essa veneranda Sociedade, na defesa dos produtores rurais, mormente das taxas de juros subsidiados.

Li e reli o trabalho com a máxima atenção e do que me foi dado depreender, apraz-me elogiá-lo pela clareza meridiana e pela profundidade que encerra, razões que me obrigam a hipotecar-lhe o mais irrestrito apoio, como produtor rural e como dirigente de uma entidade de classe".

Carlos Helvidio Américo dos Reis Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro — OCERJ

"Estamos de pleno acordo com a exposição do caro amigo referente aos subsídios para o crédito rural.

Estamos empenhados com todo tipo de ação visando impedir o agravamento da já difícil situação de nossos produtores rurais".

Senador Tancredo Neves

"Em nossas mãos o Memorial elaborado pelos representantes de liderancas rurais brasileiras.

Apesar de nossa ausência, vimos à presença do digno presidente da SNA para expressar a nossa confiança e nosso apoio à justa e necessária batalha que ora empreende a classe agropecuarista, unida na defesa do interesse geral com exata consciência de seu significado dentro da economia do País.

Analisando o Memorial, reafirmamos nosso apoio e confiando em sua liderança, temos certeza da vitória de nossas prerrogativas".

Pedro Bruzzi Netto Presidente da Associação dos Criadores de Gir do Brasil

As cartas pra esta seção devem ser endereçadas à Revista A LAVOURA, Av. General Justo, 171/2º andar 20021 - Rio de Janeiro - RJ.



Cooperativismo

cr\$**450,00**

a revista lida pelas pessoas que decidem dentro das cooperativas

Uma publicação da Organização das Cooperativas Brasileiras

SCS, Ed. Baracat, sala 1.206, fone 225-0275 R. 41 70.309 — Brasília — DF

Sim. Quero fazer () assinatura(s) anual(is) (6 edições) de OCB

Nome

End.:

Cid.:

Est.:

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA

Semente Real:



O Brasil é um país privilegiado. Nossa terra está aí para se fazer o grande negócio de hoje: a agricultura e a pecuária. E o Banco Real está presente nisso desde agora. O estudo de aproveitamento melhor da terra, conservação do solo, o agrônomo, as viabilidades mais econômicas, são orientações que o Real está pronto a fornecer. O Banco Real também está presente na hora da construção da casa, na compra dos arados e das sementes. Máquinas, tratores, adubos, sêmen, inseticidas, ceifadeiras, galpões, silos, cercas, tudo pode sair rápido com o financiamento Real. Como também seguros contra roubo, incêndio ou perda. Na hora da safra boa, da festa e dos sorrisos,

o Banco Real também fica junto com você para ajudar na comercialização. E se você quiser esperar melhor preço, o Real atua no Programa do Governo Federal, da política de preços mínimos, fazendo EGF-Empréstimos do Governo Federal ou AGF-Aquisição pelo Governo Federal. Mas exportar é a solução? O Real tem quase 600 agências no Brasil, 50 unidades no exterior, e correspondentes em todo o mundo. Tudo pronto para lhe prestar um serviço fácil e descomplicado. Plante a sua semente conversando com o gerente do Banco Real de sua cidade. E muito mais depressa do que você pensa, ela vai crescer e vai começar a chover na sua horta.

BANCO REAL

O banco que faz mais por seus clientes.

CERSA HODISCO.

Uma horta de ofertas. Um pomar de economia.

Inovando e renovando sempre, o Disco criou uma promoção semanal inédita em toda a sua rede de supermercados: Ceasa no Disco. Em verdade um listão de ofertas de frutas, legumes e verduras a preços incomparáveis que o Disco vem oferecendo todas as terças e quartas-feiras a todos os seus clientes. O sucesso desta promoção

de muito fôlego, nasceu de todo um esquema de abastecimento a nível global que o Disco implantou com sua imensa frota de caminhões, que vem realizando uma verdadeira ponte rodoviária das principais fontes de produção e centros de lavoura, até o Rio de Janeiro, onde se localiza a gigantesca Central de Abastecimento do Disco.



O caminho certo.

